

# AMAZÔNIA: MODIFICAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DECORRENTES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA (SÉC. XVII AO XX)<sup>1</sup>

**Adélia Engrácia de Oliveira<sup>2</sup>**

*RESUMO* – Apresentação, sob o ponto de vista histórico, de uma revisão com enfoque nas transformações culturais e sociais que vêm ocorrendo na Amazônia desde o séc. XVII. Apesar da descontinuidade dos fatos, da diversidade histórica e da conseqüente dificuldade em estabelecer períodos, são analisados quatro momentos em que as mudanças na Amazônia parecem ter sido mais acentuadas: o da expansão portuguesa (séc. XVII), o da ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (séc. XVIII), o da expansão causada pela procura da borracha (séc. XIX) e o da ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia (a partir dos anos 60 do séc. XX). Embora o processo analisado não tenha ocorrido em toda a região e tenha-se manifestado de formas diversas, fica evidenciado que o **HOMEM**, tanto agora como no passado, foi preterido em favor de políticas diferenciadas que visam à ocupação econômica e política da região.

**Palavras-chave:** Modificações socioculturais, ocupação da Amazônia, populações amazônicas, colonização, história da Amazônia.

*SUMMARY* – Presentation, from the historical viewpoint, of a revision with a focus on the cultural and social transformations that have taken place in Amazonia since the XVII century. Despite the discontinuity of the facts, historical diversity and the consequent difficulty in establishing periods, four moments in which changes in Amazonia have been most accentuated are analysed: that of the Portuguese expansion (XVII century), that of the action of Francisco Xavier de Mendonça Furtado (XVIII century), that of the expansion caused by the search for rubber (XIX century) and that of the action of development policies for Amazonia (from the 60's of the XX century). Although the process analysed has not

<sup>1</sup> Artigo de revisão preparado a convite da Comissão Editorial do MPEG. As bases historiográficas que serviram para a elaboração desta revisão estão apresentadas de forma mais extensiva em Oliveira (1983).

<sup>2</sup> MCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi – Departamento de Ciências Humanas

*taken place in all the region and has made itself manifest in diverse ways, it is clear that MAN, as much now as in the past, was ignored in favour of different policies which aim at the economic and political occupation of the region.*

Key words – Socio-cultural modifications, occupation of the Amazon, colonization, Amazonian population, Amazonian history.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia, na parte brasileira, compreende cerca de metade do território nacional e caracteriza-se por uma grande diversidade tanto em aspectos físicos quanto biológicos. Apresenta não só formas típicas de florestas como as de terra firme, as de várzea e as de igapó, mas também cerrados atípicos, campos, campinas, campinaranas e caatingas do rio Negro. Além disso ela é cortada por rios muito largos, por furos e igarapés, os quais, muitas vezes, são cheios de meandros e possuem as águas límpidas, pretas ou barrentas.

Os grupos humanos, que vivem nesse ambiente tão diferente, apresentam-se com graus de complexidade cultural bastante variada e com formação histórica também diversa.

As modificações ocorridas nessa região por causa do processo de ocupação humana, num período aproximado de 300 anos, demonstram que os seus primeiros habitantes aí viveram em equilíbrio com a natureza, enquanto que o “progresso” que se tenta impor a essa área a partir, principalmente, de 1960, pelo fato de não levar em conta aspectos fundamentais da cultura e da sociedade do HOMEM que aí reside, poderá acabar por romper tal equilíbrio.

As transformações culturais havidas no período abordado diferem em função de variáveis<sup>3</sup> tais como o tempo histórico, a natureza do contato, a ação das missões religiosas, o reforço da intervenção estatal, a perda do isolamento, a estrutura interna dos grupos, a disseminação de doenças epidêmicas principalmente nos primeiros séculos da colonização portuguesa e a explosão demográfica atual, causada pelo fluxo migratório, em locais como Rondônia, por exemplo, além de outras.

Embora as variáveis mencionadas tenham sido alguns dos mecanismos propulsores de mudança na Amazônia, existem também fatores constantes nesse processo, entre os quais se sobressaem a procura da terra, vista como meio de produção principal, o caráter impositivo da cultura ocidental sobre a indígena e o antagonismo nas relações entre o Estado e a Igreja pela busca do poder temporal.

A procura da mão-de-obra indígena, pela falta do colono e do escravo negro, foi uma das principais causas de mudança na cultura e na sociedade amazônica, durante os séculos XVII e XVIII. Embora ela tenha ocorrido no século XIX e persista ainda hoje, em determinados locais, como por exemplo, em afluentes do rio Madeira, conforme foi presenciado pela autora em 1973 e

<sup>3</sup> Algumas dessas variáveis foram levantadas por Galvão (1979: 276) ao falar das transformações da cultura indígena na Amazônia.

1975, entre os índios Mura-Pirahã, quando os homens eram procurados para trabalhar na estrada Transamazônica (Oliveira 1978: 5-6), a situação não é igual e nem possui a mesma intensidade dos dois séculos citados.

Para a compreensão do tema<sup>4</sup>, optou-se por uma visão histórica do problema, apesar da própria História da Amazônia ter sido muito pouco estudada de forma sistemática nos arquivos regionais e no exterior. Se tal fato, por um lado, dificulta a análise da questão, por outro, a descontinuidade do fato histórico, como bem mostrou Foucault, longe de ser vista como um “estigma da dispersão temporal” (1976: 57), tornou-se um elemento básico da análise histórica porque, entre outras razões, permite, “ao menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis da sua análise e fixar as periodizações que lhe convêm” (1976: 58), praticando uma “disposição sistemática do descontínuo” (1976: 58).

Assim, apesar da descontinuidade dos fatos e da conseqüente dificuldade em estabelecer períodos, com base em dados sobre economia, cultura e sociedade da região enfocada, dados esses coletados na bibliografia existente ou levantados em fontes primárias, poder-se-á mostrar quatro momentos<sup>5</sup> em que as mudanças na Amazônia foram mais acentuadas.

1º) Século XVII – *Expansão portuguesa* – quando os índios que viviam de uma economia de subsistência e de comércio intertribal passaram a defrontar-se com uma economia de produção para um mercado externo, com a escravização de sua gente, com a ação catequizadora dos missionários e com a perda de seus valores culturais. Os colonos, por seu lado, para sobreviver tiveram que adaptar-se à tecnologia indígena.

Esse movimento de expansão alterou as fronteiras de Portugal na Amazônia e deu origem ao processo de destribilização e deculturação indígena.

2º) Século XVIII – *Ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado* – quando foi posta em prática, na Amazônia, a política pombalina. Nesse período, as aldeias missionárias deram origem às cidades e vilas da Amazônia e a pressão para o aportuguesamento e integração do índio à sociedade colonial tornou-se maior. Fatos como a demarcação de limites; a abertura de um caminho para Mato Grosso através de navegação nos rios Amazonas, Madeira e Guaporé; a criação da Capitania de São José do Rio Negro e a criação do Diretório dos Índios, em substituição à atuação dos missionários, tiveram grande importância nesse período.

3º) Século XIX – *Expansão causada pela procura da borracha* – quando a Amazônia começa a perder sua face indígena diante do grande fluxo migra-

---

<sup>4</sup> Sugestões bibliográficas e críticas ao trabalho foram feitas por William Denevan, Walter Neves, Priscila Faulhaber, Fernanda Araújo Costa, Márcio Meira, Luiz Carlos Borges, William Balée e Conceição Gentil Corrêa a quem agradecemos.

<sup>5</sup> Galvão (1967: 21-23 e 1976: 130-132), Santos (1981: 11-18) e Wagley (1967: 43-48) mostram etapas semelhantes.

tório em decorrência do desenvolvimento da indústria da borracha. Nessa época o índio passa a deixar de ser a mão-de-obra essencial e é desalojado violentamente de seu território. Crescem também as fronteiras do Brasil com a anexação do Acre. Além disso, esse processo de expansão gerou um aumento demográfico para a região Amazônica.

- 4º) Século XX – *Ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia* – inauguradas nos anos 60, quando essa região passou a comunicar-se, via terrestre, com o Centro-Sul, em especial com a Capital Federal que, naquela época, foi transferida para Brasília. Com essas políticas iniciou-se a mais forte investida da expansão interna na área Amazônica, liderada por grandes grupos empresariais.

Embora tais etapas se tenham verificado na Amazônia em geral, é bom lembrar que pela sua dimensão e sua diversidade tanto em termos físicos, quanto culturais e históricos, o processo acima descrito não ocorreu simultaneamente em todos os locais da região.

Grupos indígenas que viviam em áreas mais isoladas ou de acesso mais difícil, como no Alto Xingu, norte de Mato Grosso e os Yanomami de Roraima e Amazonas, conseguiram chegar ao século XX sem o impacto de mudanças forçadas e bruscas. Agora, porém, diante da construção de hidrelétricas, abertura de estradas, garimpagem, agricultura e pecuária, a situação está-se alterando drasticamente.

## SÉCULO XVII – EXPANSÃO PORTUGUESA

Para falar nas modificações havidas com a expansão portuguesa no vale Amazônico, é preciso mostrar, resumidamente, a situação anterior a essa expansão.

Apesar das poucas pesquisas arqueológicas<sup>6</sup> até agora realizadas nessa região, foram encontrados sítios pré-cerâmicos e/ou cerâmicos em Marajó, Santarém, ao longo da costa Atlântica na região do Salgado, baixo Amazonas, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Serra dos Carajás, baixada Maranhense, mesopotâmia Xingu/Tocantins e nos rios Solimões, Negro, Japurá, Juruá, Purus, Guaporé, Mamoré, Madeira, Juruena, Aripuanã, Uatumã, Jatapu, Urubu e Nhamundá – Trombetas.

As datações mais antigas, por C14, indicam que coletores-caçadores ocuparam a área entre 10.000 e 1.000 a.C., incluindo algumas populações especializadas em coleta de mariscos e pesca, as quais construíram sambaquis ao longo da costa marítima e das margens de alguns rios. Estas últimas iniciaram atividades relacionadas com a cerâmica ao redor de 3200 a.C. (Simões 1983: 7).

<sup>6</sup> Sobre Arqueologia Amazônica cf. Meggers and Evans (1957), Meggers (1971), Lathrap (1970), Hilbert (1968), Simões (1981 e 1983), Myers (1973) e Roosevelt (a e b).

A partir do final do 2º milênio a.C., os dados arqueológicos até agora obtidos indicam uma variedade de adaptações relacionadas ao cultivo da mandioca e milho, que se espalharam por toda a Bacia Amazônica.

Em resumo, a Amazônia foi ocupada em direções diversas antes da chegada do europeu, por grupos indígenas de origens e padrões culturais também diferentes. Entretanto, qualquer que seja a rota que eles tomaram para chegar a essa região, é certo que o homem já estava presente na área há cerca de 14.700 anos (Miller 1987: 42) e desde esse momento ele ocupou formas diversas de meio ambiente: a costa Atlântica, os vales de pequenos e grandes rios e os lagos, sendo que as aldeias foram construídas nas várzeas, terras firmes e interiores das florestas ou campo.

Quando os europeus chegaram, as aldeias indígenas mais populosas estavam, principalmente, concentradas nas margens de rios e os índios viviam de forma bastante simples se forem comparados com os grupos astecas e maias da região centro-americana, e pré-incas e incas, da área andina que foram as civilizações de nível mais complexo por eles encontradas.

Não obstante, se for tentada uma análise mais detalhada das evidências deixadas pelos restos arqueológicos de cerâmica na Amazônia brasileira, verificar-se-á que, mesmo nessa região, algumas sociedades alcançaram um razoável grau de complexidade, tais como as representadas pela fase Marajoara (área de campos da parte centro-oriental da ilha de Marajó) e pela subtradição Guarita (complexo cerâmico de maior distribuição geográfica da Bacia Amazônica, ocorrendo no trecho compreendido entre a foz do rio Tefé e os médio e baixo cursos dos rios Negro e Madeira). Se o grande desenvolvimento da indústria cerâmica for considerado sozinho, a Cultura Santarém deve ser mencionada. Esta Cultura, de acordo com alguns especialistas, está correlacionada a grupos existentes em vários pontos da América Central e é encontrada na bacia do rio Tapajós. Até o momento, entretanto, não foram realizados estudos sistemáticos com a finalidade de compreender sua origem e seu desenvolvimento.

Apesar de que o estado atual das pesquisas arqueológicas na Amazônia não permita muitas inferências sobre os padrões de ocupação da época, pode-se supor, pela quantidade dos sítios encontrados nessa área e a qualidade de algumas cerâmicas que neles ocorrem, que o tamanho das aldeias e as formas de organização social e política diferiam, em parte, dos padrões atualmente existentes, o que é corroborado pelas informações dadas pelos primeiros cronistas da região.

Carvajal, o relator da viagem de Orellana (1541-1542), fala não só em “muitas e grandíssimas povoações” (Carvajal; Rojas; Acuña 1941: 37), todas densamente habitadas, erguidas nas margens dos rios ou nas ilhas, mas também em aldeias ditas pequenas (idem: 46), outras de “mediocre tamanho” (idem: 51) e outras, ainda, de “tamanho médio” (idem: 58).

Num dos povoados que Carvajal diz ter “mais de duas léguas de comprimento” (idem: 48), ele afirma que “desse povoado seguiam muitos caminhos”

para o interior, porque o senhor não reside à beira do rio..." (idem: 49). É provável que não só as ilhas e as margens dos rios fossem habitadas, conforme se deduz das primeiras narrativas, uma vez que as viagens eram realizadas ao longo do rio das Amazonas e seus afluentes, mas também o interior, conforme se depreende da informação acima. Mais de uma vez há referências a caminhos que tanto podiam ser os caminhos de roça quanto estradas para comunicação com outros povoados. Em outro trecho o autor afirma que "partem dessa aldeia muitos caminhos, largos como estradas reais, pela terra a dentro (...) e começou a entrar por eles, e não tinham caminhado meia légua, quando as estradas eram mais amplas e maiores" (idem: 48).

Das informações prestadas por Carvajal, apesar de precárias, infere-se, também, que as povoações, além de tamanhos diferentes, possuíam formas diversas: - algumas vezes assemelhavam-se a fortalezas, outras a cidades, enquanto uma delas é referida como constituída por uma única rua. Alguns povoados são mencionados como "arraiais de pescadores do interior" (idem: 58).

Com relação aos caminhos citados acima, há um trabalho de Porro (1984) onde, através da análise dos cronistas quinhentistas e seiscentistas, ele mostra que há "evidências de comunicações regulares e não limitadas à guerra entre grupos distintos" (idem: 1) sendo que o comércio intertribal era uma atividade econômica sistemática, não havendo dúvidas de que existiam "especializações locais na produção e distribuição de mercadorias" (idem: 4). Os bens deveriam circular por rotas de comércio tradicionais como, por exemplo, a rota Negro-Japurá e o comércio se fazia inclusive a longa distância<sup>7</sup>, com populações dos planaltos andinos.

Continuando com Carvajal, embora seja preciso ler com cuidado as informações por ele fornecidas, não só por causa de alguns contextos fabulosos que vigoravam na ocasião (lenda do "El Dorado", das Amazonas), mas também por causa de prováveis fantasias e distorções causadas pelo etnocentrismo do europeu diante do indígena, ele mostra que essas aldeias, em sua maioria grandes e densamente povoadas, possuíam uma fartura de alimentos: tartaruga, peixe-boi, peixes diversos, aves, macacos, milho, mandioca, inhame, frutas variadas e uma bebida que provavelmente seria o caxiri.

Há referência ao processo de queimada (Carvajal; Rojas; Acuña 1941: 62-63) e a aspectos culturais diversos, demonstrando que os índios viviam de formas diferentes. Numa das povoações ele encontrou louça de tamanhos e feitios variados, desde as muito grandes até as pequenas. Afirma que essa louça era "toda vidrada e esmaltada de todas as cores, tão vivas que espantam, apresentando, além disso, desenhos e figuras tão compassadas, que naturalmente eles trabalham e desenham como o romano" (idem: 47). É provável que a tradição Policroma na Amazônia seja um testemunho dessa cerâmica.

---

<sup>7</sup> Sobre essa forma de comércio veja-se também Myers (1971: 19-30).

Em outra aldeia, Carvajal afirma ter visto sete cabeças de mortos pregadas em esteios (idem: 55) e, conforme é conhecido, os índios Mundurucu até o início do século XX possuíam uma prática cerimonial que envolvia troféus de crânios humanos, pelo que ficaram conhecidos como caçadores de cabeça (Murphy 1958: 51 e ss e 1960: 133; Horton 1948: 278). Conforme a povoação, foram observados canoas, roupas de algodão, ídolos, arco e flecha, instrumentos musicais, pintura corporal, emprego de erva venenosa (curare?) em flechas e cerâmica mais e menos elaborada, além de outros traços.

Pelo trabalho de Sweet (1974: 17-34), tomou-se conhecimento dos dados fornecidos pela expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre (1560 a 1561) que foi maior e mais agressiva que a de Orellana e que desceu o Amazonas, cerca de vinte anos depois, à procura das riquezas de uma mítica “Província de Omágua”, tendo terminado em tragédia. Esteve em contato com outros grupos além dos Omágua e contava, entre seus membros, com pelo menos um veterano da viagem de Orellana.

A expedição de Ursúa e Aguirre também dá notícias de fartura de alimentação; da tecnologia de exploração do meio ambiente; de estimativa da população da “província” dos Omágua em 60.000 habitantes e de territórios tribais com cerca de 150 léguas de extensão, contendo um estabelecimento que poderia ser grande ou pequeno em cada 4 ou 5 léguas, nas ilhas e margens dos rios. Fala, ainda, em estradas que, provavelmente, seriam rotas de comércio e em ilhas densamente povoadas. Enfim, informa sobre o tamanho das aldeias (que podiam ser grandes ou pequenas) e sobre alguns costumes tribais, entre os quais se destacam o uso de armas, de casas de sacrifício, de preservação do peixe e carne de caça pela defumação, de um artesanato bastante desenvolvido com cerâmica de grandes tamanhos e da organização política centralizada nas aldeias, tendo cada uma delas seu chefe principal.

Cerca de um século depois da viagem de Orellana, em 1639, quando já se iniciara a colonização portuguesa e já se desencadeara um processo depopulativo e deculturativo para alguns grupos, o padre Cristobal de Acuña relatou a viagem de Pedro Teixeira (de Quito a Belém) no mesmo rio navegado por Orellana. Fala também em aldeias extensas e muito povoadas, fornece mais detalhes do que Carvajal sobre traços culturais indígenas, cita nomes de grupos tribais e afirma que “todo este novo mundo (...) é habitado de bárbaros de distintas províncias e Nações, (...). Passam de cento e cinquenta, todas de línguas diferentes, tão dilatadas e povoadas de moradores como as que vimos por todo este caminho...” (Carvajal; Rojas; Acuña 1941: 199).

Rojas, desse mesmo período, informa também que o rio das Amazonas, as ilhas e as terras “a dentro” eram tão povoados “que se do ar deixassem cair uma agulha, há de dar em cabeça de índio e não no solo” (idem: 107-108). Apesar do evidente exagero contido nessa afirmação, ela dá, impressionantemente falando, uma idéia da densidade do povoamento e do impacto que o tamanho e a continuidade das aldeias causou nos primeiros viajantes. Afirma, ainda, que as

“nações que habitam no rio principal e seus tributários são muitas e diferentes em costumes...” (idem: 110) e que “quasi todas estas nações andam nuas, os homens de todo o corpo, as mulheres da cintura para cima, tapando o restante com umas como tangas” (idem, *ibidem*). Os índios Omáguas, porém, vestiam “camisetas e mangas de algodão pintadas com pincel e de diversas côres, azul, amarelo, alaranjado, verde e vermelho, muito finas, de onde se conclue que há madeira ouervas de tinta” (idem, *ibidem*). Informa como os dois cronistas citados anteriormente, que “os índios têm as suas aldeias em todas as margens deste rio, sendo umas grandes, outras pequenas”, enquanto que “outros vivem ordinariamente afastados, em diferentes barrancos” (idem: 121).

Dados semelhantes, de população densa e contínua, são fornecidos pelo frei Bartolomé de Las Casas (1984) com relação à América espanhola, o que demonstra que a situação anterior ou logo no início do contato com o europeu, era a mesma em toda a região Amazônica. E, como já foi dito, há indícios de que os grupos dessa área comerciavam entre si.

Antes da chegada de Francisco Caldeira de Castelo Branco<sup>8</sup> na baía de Guajará, onde hoje é Belém, em 1616, a Amazônia brasileira já fora percorrida a partir de 1580, por ingleses, holandeses, irlandeses e franceses, que se nuclearam entre o Oiapoque e as proximidades do rio Tapajós, mantendo contato com o indígena, com o qual comerciavam.

Como esses europeus pretendessem criar colônias na Amazônia, os portugueses, comandados por Castelo Branco, dirigiram-se para essa área que era o ponto extremo do domínio da coroa de Portugal, a fim de expulsá-los e ocupar esse pedaço da costa brasileira, o que foi feito à custa dos territórios tribais.

A ação expansionista durante o século XVII foi tão grande e dizimativa que, segundo a crônica da época, o governador Bento Maciel Parente, entre 1619 e 1622, teria acabado com os índios Tupinambá desde Tapuitapera no Maranhão, até a foz do Amazonas, no Pará, tendo matado ou levado à escravidão mais de 500 mil índios<sup>9</sup>. Mesmo que não seja correta, essa estimativa dá uma idéia do que foi a guerra de extermínio contra os índios que ocupavam a faixa buscada pelos colonialistas. As doenças trazidas pelo europeu também foram causa de muitas mortes ocorridas entre os indígenas que não possuíam defesas orgânicas contra as mesmas.

Esses Tupinambás, extintos na foz do Amazonas, onde se iniciou a ocupação da região, receberam pacificamente Francisco Caldeira de Castelo Branco, tendo colaborado ativamente para a implantação do domínio português

---

<sup>8</sup> Sobre a expansão portuguesa na Amazônia ver Oliveira (1983). O período compreendido entre 1640-1750, no vale do médio Amazonas, é extremamente bem analisado por Sweet (1974) que deu ênfase ao processo de mudança social que resultou na construção de uma sociedade mais “indígena” do que “européia” apesar da destruição física e cultural de muitos grupos tribais.

<sup>9</sup> Cf. Leite (1943, v. 4: 137).

no mundo amazônico. Com seu conhecimento do meio ambiente ajudaram os colonos a subsistir na área e, com o auxílio de seu braço, foram construídas obras que levaram à fixação desse mesmo colono em Belém que, na época, era chamada de Feliz Lusitânia. Construíram moradias, fortes e as igrejas do Carmo, Mercês, St<sup>o</sup> Alexandre e St<sup>o</sup> Antônio, além da Catedral, em Belém e a Matriz da cidade de Vigia.

Com o avanço, porém, sobre as suas terras e a escravização de sua gente como mão-de-obra, os índios começaram a se rebelar e, como conseqüência, a ser exterminados, uma vez que os portugueses possuíam a superioridade de suas armas e a letalidade de suas doenças. Aos primeiros combates travados nas aldeias de Cumã, Caju, Mortigura (Conde), Iguape, Guamã, sucederam-se massacres no Tocantins, no Pacajá, no rio Negro e em quase todos os rios mais navegáveis da Amazônia. No rio Urubu, por exemplo, em 1663, depois de matarem o sargento-mor Antônio Arnau de Vilela numa emboscada, defendendo suas terras, os índios Caboquena, Bararuru e Guanavena foram exterminados pela tropa do capitão Pedro da Costa Favela. Esse processo continuou no século XVIII e em fins de 1729 as aldeias dos índios Manáo e Maipuna, no rio Negro, foram todas destruídas após a morte de Ajuricaba, preso pelos portugueses quando liderava uma rebelião indígena contra a expansão colonialista.

Essa expansão e ocupação<sup>10</sup> da Amazônia brasileira foi realizada através de:

a) defesa e posse do território, sendo que os ingleses, holandeses e franceses foram expulsos, fortificações foram construídas, grupos tribais foram exterminados e realizaram-se viagens fluviais de reconhecimento como a de Pedro Teixeira que trouxe em sua companhia o jesuíta Christobal de Acuña, relator da viagem. Pedro Teixeira iniciou a viagem a partir de Cameté, no dia 28 de outubro de 1637, com 47 canoas, 70 soldados portugueses, 1200 “índios de voga e guerra”, algumas mulheres e moços para o serviço, com um total de mais de 2.000 pessoas, sendo fácil imaginar o impacto que essa expedição causou nos grupos tribais.

b) atividades econômicas como o plantio de cana-de-açúcar e a coleta das “drogas-do-sertão” (cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, sementes, raízes aromáticas, puxuri e baunilha), seguidas de uma experiência agrícola e da implantação da pecuária.

Para a coleta das “drogas-do-sertão”, com as quais Portugal pretendia um sucedâneo para as especiarias, o índio foi uma mão-de-obra essencial por causa de seu conhecimento do rio, da floresta e dos produtos buscados. Em função dessa atividade eles foram descidos de suas aldeias e escravizados para servirem de guias, remeiros e coletores.

---

<sup>10</sup> Cf. Reis (1956).

c) atividade missionária que se preocupou em fazer do índio um cristão, descendo-o de suas aldeias para os centros de catequese e “civilização”. Foi nesses centros que o índio perdeu suas formas próprias de pensar, sentir e agir diante da imposição dos missionários. E daí surgiram muitas vilas e cidades da Amazônia.

A obra missionária, na Amazônia, tanto quanto a ocupação militar, foi realizada por solicitação de Portugal. Conforme pode ser visto na tabela 1, o Estado entregou aos missionários uma área imensa para a catequese espiritual mas, em troca, ficou com o campo livre dos ataques indígenas, facilitando, dessa forma, a sua penetração e expansão. Nos religiosos Portugal teve um amparo muito forte para a sua ação política na região abordada. E esses missionários, embora “salvassem” parcialmente os índios, enquanto seres físicos, da cobiça dos colonos, foram os grandes responsáveis pela extinção cultural dos mesmos. Eles ajudaram os colonos e os militares portugueses a devassar a Amazônia, ampliando o território mas, deculturaram os seus primeiros habitantes, levando grande parte deles à extinção mencionada. Exercendo o papel de educador, com exclusividade, tanto junto às comunidades indígenas aldeadas quanto junto aos colonos dos núcleos iniciais, o missionário, ao mesmo tempo que ensinava as primeiras letras e a religião, propagava, também, a ideologia do colonialismo português.

Nessa fase da expansão portuguesa, havia muitos índios na Amazônia e poucos não-índios. Assim, grande parte do contingente que formou as tropas que devassaram essa região foi constituída por indígenas. Eles eram escravizados não só para os trabalhos em serviços públicos e domésticos, construção de igrejas e casas, salgação de peixes, fabricação de manteiga de tartaruga, roçado e coleta das “drogas-do-sertão” mas também para servirem de soldados e remeiros nas tropas da conquista.

Todavia, apesar de haver leis que tentassem proteger a sua liberdade durante o período colonial, a escravidão era permitida quando ele fosse *resgatado* da morte da mão do inimigo ou quando fosse aprisionado em *guerra justa*. Essa modalidade de guerra poderia ocorrer, sendo considerada *justa*, quando o índio se recusava a auxiliar o português na luta contra outros grupos indígenas e a defender as vidas e fazendas desses portugueses; quando atacava ou roubava o colono; quando não queria perder seus valores religiosos e se opunha ao cristianismo; quando se aliava a inimigos da Coroa ou quando infestava os caminhos.

Como pode ser visto, era muito fácil arrumar um pretexto para uma *guerra justa* e os abusos eram constantes. Também nos casos de resgate era simples burlar a lei, justificando a atitude do colonizador.

Embora os missionários tivessem muitas vezes se desentendido com os colonos por causa dos resgates e das guerras justas, eles, de forma indireta, tam-

Tabela 1 – Distribuição, atuação e expansão das Ordens religiosas na Amazônia (séculos XVII e XVIII)

Data de entrada e expansão na Amazônia	Data de entrada na Amazônia	Locais onde se instalaram	Demarcação dos distritos missionários segundo as Cartas Régias de 1693 a 1694	Locais onde atuaram	Atividades ligadas à ocupação.
Missionários (ordens religiosas)					
Franciscanos da Província de Santo Antônio	1616 ou 1617	Belém (Sítio do Una)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tudo o que ficasse ao norte do rio Amazonas (margem esquerda), compreendendo os rios Jari, Paru e a aldeia Urubuquara (atual Prainha) como limite do distrito.</li> <li>- todo o interior do sertão do distrito acima, sem limites.</li> <li>- o sertão chamado Cabo do Norte (atual Amapá)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabo do Norte (Amapá).</li> <li>- Baixo Amazonas</li> <li>- rio Trombetas</li> <li>- ilha de Marajó e adjacências</li> <li>- rio Tocantins</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pacificação e conversão de índios Tupinambás, Aruans e Tocujus, entre outros.</li> <li>- aldeamentos que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades.</li> </ul>
Carmelitas	1626	Belém (rua do Norte, atual Siqueira Mendes)		<ul style="list-style-type: none"> <li>- rio Negro</li> <li>- rio Urubu</li> <li>- rio Solimões</li> <li>- rio Branco</li> <li>- rio Guamá</li> <li>- rio Bujaru</li> <li>- Ilha de Marajó</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- aldeamentos e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades</li> <li>- exploração de engenho para a fabricação de açúcar</li> </ul>

Tabela 1 – (continuação)

Data de entrada e expansão da Amazônia	Data de entrada na Amazônia	Locais onde se instalaram	Demarcação dos distritos missionários segundo as Cartas Régias de 1693 a 1694	Locais onde atuaram	Atividades ligadas à ocupação.
Missionários (ordens religiosas)					
Carmelitas (continuação)				<ul style="list-style-type: none"> <li>- Icoaraci (proximidades de Belém), Gurupá (Xingu) e Vigia (Baixo Salgado)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de gado</li> <li>- olaria</li> <li>- lavoura</li> </ul>
Mercedários (Nossa Senhora das Mercês)	1639 ou 1640	Belém (Campina)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- deveriam ficar no distrito que compreendesse os rios Urubu e Negro, e mais o Solimões, distribuídos aos jesuítas, caso eles assim o quisessem e tivessem religiosos disponíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- rio Negro</li> <li>- rio Urubu</li> <li>- rio Uatumã</li> <li>- rio Anibá</li> <li>- ilha de Marajó</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- centros de catequese e aldeamentos que mais tarde deram origem a vilas e cidades.</li> <li>- fazendas de criação de gado que posteriormente deram origem a cidades.</li> </ul>
Jesuítas (Companhia de Jesus)	1653	Belém (em principio na Campina e,	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tudo o que ficasse ao sul do rio Amazonas (margem direita), sem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cabo do Norte (Amapá)</li> <li>- Baixo e Médio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pacificação e conversão de grupos indígenas variados</li> </ul>

Tabela 1 - (continuação)

Data de entrada e expansão da Amazônia	Data de entrada na Amazônia	Locais onde se instalaram	Demarcação dos distritos missionários segundo as Cartas Régias de 1693 a 1694	Locais onde atuaram	Atividades ligadas à ocupação.
Missionários (ordens religiosas)  Jesuítas (continuação)		mais tarde, junto ao forte)	limitação para o interior dos sertões - caso eles desejassem e tivessem missionários disponíveis, poderiam ficar com um outro distrito que compreendesse o rio Urubu e o rio Negro e tudo que houvesse dentro da demarcação dos domínios portugueses (Solimões), a partir do rio Gueribi	Amazonas - Salgado - Bragantina - Ilha de Marajó e adjacências - rio Tocantins - rio Itacaiúnas - rio Xingu - rio Pacajá - Rio Tapajós - Rio Madeira - Rio Branco - rio Negro (até a confluência com o Uaupés) - limites do Pará com o Maranhão.	- aldeamentos e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades - fazendas de criação de gado que posteriormente se tornaram cidades (ou não) - atividades extrativistas ligadas ao comércio das "drogas do sertão" - comércio diversificado - exploração de engenhos - exploração da pesca de tainhas

Tabela 1 — (continuação)

Data de entrada e expansão da Amazônia	Data de entrada na Amazônia	Locais onde se instalaram	Demarcação dos distritos missionários segundo as Cartas Régias de 1693 a 1694	Locais onde atuaram	Atividades ligadas à ocupação.
Missionários (ordens religiosas)					
Capuchos de São José ou da Piedade (franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade)	1692 ou 1693	– Gurupá (em 1749 vieram para Belém e iniciaram a construção do convento de São José, atual presidio)	– todas as terras e aldeias que circundassem a fortaleza de Gurupá e todas as terras que ficassem para cima da aldeia de Urubuquara, subindo o rio Amazonas, compreendendo neste distrito o rio Trombetas e o Gueribi, como limite	– Baixo e Médio Amazonas – Cabo do Norte (Amapá) – Rio Tocantins	– organização de um hospital em Gurupá – aldeamento e missões que, mais tarde, deram origem a vilas e cidades
Capuchos da Conceição da Beira e Minho	1706	– Belém (arsenal da Marinha)		– Cabo do Norte (Amapá) – Ilha de Marajó	– atuação pequena, evangelizadora – descimentos de índios da costa da Guiana, impedindo o contato com os franceses – Em Belém criaram um hospital e uma enfermaria.

Fonte: Quadro organizado por Adélia Engrácia de Oliveira, com base em Azevedo, 1893 e 1901; Façanha, 1968, Fragoso, 1981; Leite, 1943; Maués, 1968; Rodrigues, 1968

bêm escravizaram os indígenas através dos *descimentos*<sup>11</sup>. Índios “descidos” eram aqueles que através da persuasão ou da força eram trazidos de seu ambiente para os aldeamentos missionários. Ai deveriam ser cristianizados e “civilizados”, perdendo assim seus legítimos valores culturais e sendo postos em contato com grupos que viviam de formas diferentes.

Assim, os *descimentos*, os *resgates* e as guerras *justas* tiveram uma importância fundamental na extinção física do índio da Amazônia e na perda de suas maneiras peculiares de viver. As doenças trazidas pelo europeu, como a gripe, a varíola e outras não podem ser esquecidas nesse processo de extinção. Também os bandeirantes paulistas foram atores do processo de escravização do índio que deu como consequência tanto o seu extermínio físico quanto a substituição de suas tradições. Em 1673, por exemplo, segundo conta Nimuendajú (1983: 1-2), os índios do grupo tribal Guarajú, que se localizavam na margem direita do Tocantins (mais ou menos 4º de latitude Sul) foram escravizados pelo bandeirante paulista Pascoal Pais de Araújo. Em 1746 outros bandeirantes foram à procura de escravos nesse mesmo rio. Houve ocasiões, porém, que os índios saíram vencedores desses ataques, matando toda a tropa vinda de São Paulo, como ocorreu com os Jurúna, no rio Xingu, no séc. XVII (Betendorf 1910: 116).

Além de escravos indígenas, os bandeirantes saíam à procura de ouro, prata e pedras preciosas sendo que uma bandeira paulista, a de Antônio Raposo Tavares, se sobressaiu às demais, por causa de sua penetração. Em 1651, com vários índios e 59 paulistas ele chegou à fortaleza de Santo Antonio de Curupá (Gurupá), depois de ter percorrido o vale do Tietê, Paraná e Paraguai e de haver navegado pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas.

Os metais e as pedras preciosas foram os responsáveis pela expansão em Mato Grosso (incluindo o que hoje é Rondônia) e norte de Goiás, no século XVIII. Na procura dos mesmos, muitos grupos tribais foram atingidos, desaparecendo alguns, enquanto outros fugiam, em busca de um refúgio. A investida dos bandeirantes paulistas sobre esses grupos tribais foi de tal forma violenta, que aí em Mato Grosso e Goiás o processo foi semelhante ao que ocorreu no norte e no leste da Amazônia com a ação de missionários, droguistas-do-sertão, militares e componentes das tropas de resgate: ocupação das terras indígenas e o extermínio ou escravização do índio quando este não vencia ou não conseguia fugir.

Dessa forma, foi desalojando, “domesticando”, “descendo”, matando e escravizando os índios, que conheciam a floresta e as técnicas de exploração de seus recursos, que os colonizadores se expandiram na Amazônia com o objetivo de conquistar a terra e comerciar os produtos naturais nela existentes, causando as seguintes mudanças básicas<sup>12</sup> para seus primeiros habitantes:

<sup>11</sup> Sobre resgate, guerra justa e descimentos cf. Azevedo (1930: 165) e Guajará (1968: 121-122).

<sup>12</sup> Cf. Galvão (1967: 19, 21; 1976: 6-8, 109-110 e 130-131), Wagley (1967: 43-44) e Roosevelt a (no prelo).

a) – Organização de um novo espaço físico. De aldeias em geral grandes e contínuas (segundo a crônica),<sup>13</sup> alguns grupos foram reduzidos ao convívio em aldeamentos missionários e ao trabalho forçado nas vilas coloniais e na coleta das “drogas”. De acordo com a época apropriada para a coleta de um ou de alguns produtos, periodicamente saíam das vilas e povoados centenas de índios “mansos” acompanhando um pequeno número de colonos armados. Os que conseguiram fugir dos resgates e do apresamento, refugiaram-se em cabeceiras de rios e regiões àquela época mais inacessíveis, alterando seu antigo padrão de ocupação territorial.

b) – Destribalização e início de um processo de deculturação dos padrões indígenas e aculturação de traços e complexos europeus, com a conseqüente perda da identidade étnica e da organização tribal.

Alguns grupos indígenas sofreram um processo de perda de seus valores em todos os níveis de suas culturas, seja no econômico, no social, no político ou no religioso. Descidos para as aldeias, levados compulsoriamente para o trabalho nas povoações que surgiam ou para a coleta das “drogas-do-sertão”, grupos de origens diversas com maneiras de viver e línguas diferentes, foram uniformizados dentro de um padrão europeu.

O padre João Daniel (1841: 31) falando sobre a habilidade e aptidão do indígena para as artes e ofícios europeus, afirma que onde “realçam mais é missões e casas dos brancos, em que aprendem todos os ofícios que lhes mandam ensinar, com tanta facilidade, destreza e perfeição como os melhores mestres, de sorte que podem competir com os mais insignes do ofício (...) aonde procede haver entre elles adequados imaginarios, insignes pintores, esculptores, ferreiros, e officiaes de todos os officios...” Só que para aprenderem a fé, os ofícios e os costumes de missionários e colonizadores, os índios eram persuadidos por meio de severa disciplina e de castigos entre os quais se sobressaía o açoite. Afirma João Daniel (idem: 37) “que os açoites são o castigo mais conveniente e proporcionado para os Índios, como a experiência tem mostrado (...), é louvável o castigo de só 40 açoites, como costumavam os seus missionários:...”.

De uma economia de produção interna eles foram levados a trabalhar para uma outra de mercado externo ou destinada a suprir as missões e vilas coloniais. Houve, em muitos casos, uma diminuição das atividades agrícolas pelas extrativistas.

Ao lado das tentativas de eliminar a religião indígena pela introdução do catolicismo através da catequese, de alterar os padrões de organização social suprimindo, entre outras, regras tradicionais de casamento, os missionários começaram a introduzir uma língua geral, o *nheengatu*, originária do tupi e que

---

<sup>13</sup> A presente análise baseou-se em dados fornecidos por Carvajal e Acunã principalmente. Entre os trabalhos analíticos de estimativas sobre a população nativa da Amazônia indicam-se o de Denevan (1976) e o de Hemming (1978: 487-501).

acabou por se tornar um traço de difusão tão forte e amplo que subsiste até hoje em regiões como a do rio Negro.

No nível político, foram compulsoriamente obrigados a trocar seus padrões de chefia pela autoridade de chefes coloniais, missionários, militares e feitores. As unidades políticas tribais, que em alguns casos provavelmente eram maiores que os grupos locais, foram assim alteradas.

Dessa forma, a catequese missionária e a “domesticação” praticada pelos colonos desagregou a vida e a cultura dos grupos tribais mais expostos, iniciando, já no século XVII, um processo de assimilação. Como diz Galvão (1976: 118-119), “muito da cultura indígena persistiu, mas sob um arranjo diferente e em que a base não era mais a tribo, porém a sociedade colonial portuguesa. Nas povoações mistas a orientação dirigiu-se para valores e padrões europeus”.

c) – Queda do padrão demográfico, ocasionada pela dizimação da população indígena e que, em muitos casos, como afirma Porro (1983: 6), resultou num processo “irreversível de desintegração sócio-cultural. Normas de casamento não podiam ser observadas por falta de parceiros disponíveis; cerimoniais importantes para a manutenção da solidariedade grupal não podiam ser desempenhados por insuficiência de indivíduos aptos a desempenhar papéis específicos; técnicas de controle da natalidade, outrora eficazes para a manutenção do equilíbrio demográfico, tornavam-se perversas na medida em que impediam a retomada do crescimento populacional”.

Na Amazônia brasileira e nas colônias hispano-americanas (Las Casas 1984) a dizimação foi brutal, ocorrendo a depopulação não só pelas mortes causadas pelas guerras e atrocidades do colonizador mas, também, pelo início de um processo de assimilação do indígena, descrito no item anterior e pela letalidade das doenças que muitas vezes chegavam antes do missionário e das tropas de resgate ou da conquista.

Além dos grupos tribais, os portugueses também sofreram um processo aculturativo, pois, para se adaptarem e sobreviverem no novo ambiente, tiveram que se valer da tecnologia e do saber indígena a fim de descobrirem o produto procurado, navegarem nos rios e lagos, remarem, penetrarem na floresta, cultivarem alimentos básicos como a mandioca e o milho, pescarem, caçarem, construir casas, tratarem-se quando enfermos e, enfim, conhecerem e viverem no mundo amazônico.

Foi, ainda, durante a fase da expansão portuguesa que se iniciou o estabelecimento de povoações criadas a partir de fortificações ou sedes de missões religiosas e que deram origem às vilas e cidades da Amazônia, começando a alterar a face essencialmente indígena dessa região.

Por outro lado, dado o tamanho da Amazônia, sua diversidade de ambientes e o processo histórico de sua ocupação, a situação acima descrita não ocorreu em toda a sua extensão. Alguns ficaram a salvo da expansão portuguesa e só no

século passado ou mais recentemente começaram a ser contatados, como foi o caso, por exemplo, dos índios do alto Xingu.

## SÉCULO XVIII – AÇÃO DE FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO

### *A Política Pombalina na Amazônia*<sup>14</sup>

No final do século XVII e começo do XVIII, a procura de escravos indígenas, além da posse de suas terras, era intensa. O processo adotado para a obtenção dessa mão-de-obra continuava sendo as *guerras justas* e as *tropas de resgate*. A introdução do africano fora em pequeno número, dado o seu alto custo, e a imigração portuguesa, apesar de intensificada, nunca chegou a ser regular. Um dos navios negreiros aportados em Belém trouxe escravos com varíola, ocasionando uma epidemia que matou mais de 200 pessoas.

O apresamento indígena gerou várias rebeliões, uma vez que a reação dos índios quase nunca foi pacífica e entre essas rebeliões destacou-se a de Ajuricaba (1723 a 1727), líder dos índios Manáos que viviam entre os rios Negro e Branco e que foram totalmente exterminados.

Por essa época, também, os missionários controlavam cada vez mais a administração temporal dos índios, jurisdição que lhes fora atribuída no ano de 1686 (Mendonça 1963, 3º tomo: 1221) e por meio da qual eles ficavam com o monopólio virtual da posse e distribuição da mão-de-obra indígena, o que lhes dava um poder extraordinário, visto ser essa, praticamente, a única força de trabalho disponível na região. Tal poder foi muitas vezes desafiado pelos colonos, com os quais entravam em conflitos.

Em função de suas atividades diversificadas, os missionários, principalmente jesuítas e carmelitas, atingiram os altos cursos dos rios Negro, Madeira e Solimões (Reis, 1964: 6) ajudando Portugal a ampliar seus domínios na Amazônia.

Por causa dessa ação expansionista tanto de missionários quanto de droguistas-do-sertão, militares e exploradores de minas, Portugal, já nos meados do século XVIII, ampliara suas fronteiras na Amazônia, alcançando o Oiapoque, o Javari, o Napo, o Uaricoera, o Orenoco-Cassiquiare, o alto rio Negro e o Guaporé. Dominava uma extensão que só foi alterada no século XIX com a anexação do Acre.

Enquanto a Espanha perdera léguas e léguas para Portugal, desde que a linha imaginária (Tordesilhas) de Alexandre VI dividira o globo terrestre em duas partes iguais, os índios que iam sendo exterminados ou deculturados perdiam suas terras, suas vidas ou suas formas de viver. Alguns grupos, porém, conseguiram embrenhar-se cada vez mais na floresta, procurando os altos rios.

<sup>14</sup> Cf. Oliveira (1983).

Quando Portugal e Espanha se reuniram em Madri, no dia 13 de janeiro de 1750, para tratar das linhas divisórias entre as suas possessões no Hemisfério Sul, as fronteiras ficaram demarcadas levando em conta o critério da ocupação, uma vez que Alexandre de Gusmão conseguiu que prevalecesse o princípio do *uti possidetis*: “Cada parte há de ficar com que atualmente possui”. A expansão desenvolvida por Portugal atingira praticamente os mesmos limites atuais. Restava consolidá-los, o que começou a ser feito logo após a assinatura do Tratado de Madri, quando subiu ao trono português D. José I, no dia 7 de setembro de 1750. Este monarca trouxe ao governo a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Sua política, na região em estudo, foi a de acabar com a força dos missionários (principalmente os jesuítas) e manter as fronteiras até então conquistadas, consolidando o poderio português na área e procurando ligar o extremo norte ao resto do país através de Mato Grosso.

Com a necessidade de demarcarem-se as fronteiras foi criado, no dia 31 de julho de 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão que substituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará, visto que o centro de poder cada vez se deslocava mais de São Luís para Belém. Esta cidade ficava melhor localizada para vigiar a entrada do rio Amazonas e para servir de base logística às expedições exploratórias que, servindo-se de uma imensa rede hidrográfica, penetravam pelo interior.

O primeiro governador do Estado recém-criado foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era irmão do Marquês de Pombal. Tendo sido nomeado o 1º comissário para a demarcação dos limites, organizou uma das maiores expedições desde a viagem de Pedro Teixeira. Era composta por mais de mil pessoas, entre as quais físicos, engenheiros, desenhista, astrônomo e cirurgião. Em outubro de 1754 ele partiu para o rio Negro ficando em Mariuá (Barcelos) à espera da comitiva do representante espanhol. Enquanto esperava, fez reconhecimentos nos rios Negro, Branco, Madeira<sup>15</sup> e Solimões e fornecia ao seu irmão, Marquês de Pombal, dados sobre a atuação missionária, decadência das povoações, redução da população em função principalmente de uma epidemia de varíola que durou de 1743 a 1750 e que matou cerca de 40 mil pessoas no Estado, necessidade de mão-de-obra e da criação de uma Companhia de Comércio que trouxesse negros para a região, além de outros.<sup>16</sup>

Baseado nessas informações e na necessidade de consolidar o domínio português na Amazônia para impedir a entrada e ocupação estrangeira, o Marquês de Pombal tomou, em 1755, as seguintes medidas:

a) Criação da Capitania de São José do Rio Negro, no dia 3 de março, com a finalidade de assegurar a prosperidade do interior da Amazônia.

---

<sup>15</sup> No rio Madeira ele mandou colocar um posto militar nas cachoeiras, o qual impediria o contrabando de ouro de Mato Grosso e ajudaria a defender e conservar o território além de que “da dita guarda se tiraria também o benefício de refrear mais o gentio Mura, ocupando-se em lhe dar caça; pois por pouco não mataram agora o Juiz de Fora” (Mendonça, 1963, 3º tomo: 918-919).

<sup>16</sup> Cf. Mendonça (1963, os 3 tomos).

b) A miscigenação entre índios e portugueses (4 de abril), com a finalidade de “civilizar” o indígena e povoar a região, sendo que o colono ou o soldado que se casasse com a mulher indígena receberia prêmios em terras, instrumentos de trabalho, dinheiro, armas e outros, além de não ficar com infâmia alguma. Sobre esta questão, em carta de 12.10.1756, Mendonça Furtado diz: “A união de portugueses e índios vai-se estabelecendo e já se tem feito bastantes casamentos, e só para a Vila de Borba a nova do Rio Madeira, tenho mandado 23 casais destes, e espero ainda que vão mais uns poucos, e este é o verdadeiro caminho, como V. Sa. justamente pondera de se povoar este larguíssimo país, não podendo ser de outra sorte, senão fazendo nós os interesses comuns com os índios, e reputando tudo a mesma gente”. (Mendonça, 1963, 3º tomo: 948).

c) Lei sobre a liberdade dos índios do Pará e Maranhão (6 de junho). Esta lei, na verdade, praticamente dizendo, só existiu no papel. Veja-se o que, através de cartas, diz Mendonça Furtado: – “... a forma porque reduzi à praxe nesta Capitania a administração dos índios fôrros, para que, não padecendo a liberdade achassem os moradores quem os servisse, e aos Índios, se lhes pagassem o seu trabalho, e não ficassem ociosos, fazendo desatinos em saltos por esta cidade.” (Mendonça 1963, 3º tomo: 1131).

– “Se alguns desses Índios querem absolutamente não trabalhar e viverem à sua vontade, dando exercício à preguiça, que lhes é natural, estes são metidos em uma calceta e obrigados a trabalhar nas obras públicas, e com este remédio que se tem aplicado a alguns, nos temos livrado de embaraços.

As mulheres que também se não querem sujeitar a quem lhes paga, são metidas na cadeia, na qual se lhes dá tarefa de algodão para fiarem, da qual saem para casa de seus amos, a servirem na forma que devem. Ultimamente, a estas gentes que não têm conhecimento do bem que se segue do trabalho, se devem reputar dementes, e, por isso, os pús na administração do Juiz de Órfãos, e mandei observar com eles absolutamente aquêlê Regimento. Se, porém, se conhecer em algum que tem capacidade para se reger, êste deve inteiramente usar da sua liberdade, na forma que S. Maj. manda”. (Mendonça 1963, 3º tomo: 1132).

d) Determinações para que as povoações e aldeias recebessem denominações portuguesas e fossem elevadas de categorias (6 de junho). Exemplos são dados na tabela 2. As primeiras aldeias a serem erigidas em vilas foram Mortigura e Sumaúma (Mendonça 1963, 3º tomo: 1065).

Quando Mendonça Furtado chegou ao Grão-Pará havia duas cidades (Belém e São Luís) e quatro vilas (Mocha e Tapuitapera no Maranhão, Vigia e Cametá no Pará), além de um grande número de aldeias. Ao largar o governo, ele havia convertido quarenta aldeias em vilas e vinte e três em lugares, além de criar quatro vilas a mais em Macapá, rio Negro, rio Javari e rio da Madeira (Mendonça 1963, 3º tomo: 1201, 1202 e 1227).

e) O alvará que instituía a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (7 de junho, embora seus estatutos tenham sido publicados em Lisboa, a 6 de junho), com a qual se pretendia introduzir escravos negros na Amazônia.

Tabela 2 – Exemplos de vilas e cidades da Amazônia que se originaram de aldeamentos e fazendas de missionários.

Aldeamentos e fazendas-vilas e cidades	Aldeias (missões)	Fazendas de missionários ou engenhos	Nome atual das aldeias ou fazendas	Situação Geográfica
Missionários				
Franciscanos da Província de Santo Antonio (Capuchos de Santo Antonio)	Camutá*	–	Cametá	rio Tocantins – PA
	Aruans	–	Chaves	Marajó – PA
	Caviana	–	Caviana (Rebordelo)	ilha próxima à de Marajó – PA
	Paru	–	Almerim	Baixo Amazonas – PA
	Urubuquara	–	Prainha	Baixo Amazonas – PA
Carmelitas	Mariuíá	–	Barcelos	rio Negro – AM
	Caraiai (Itarendáua)	–	Moura	rio Negro – AM
	Stº Elias de Jaú	–	Airão	rio Negro – AM
	Stº Alberto de Aracari	–	Carvoeiro	rio Negro – AM
	Stª Rita de Bararoá	–	Tomar	rio Negro – AM
	Coari**	–	Coari	rio Coari – AM
	Taracuatua**	–	Fonte Boa	rio Solimões – AM
	S. Paulo de Cambebas**	–	S. Paulo de Olivença	rio Solimões – AM
N. Senhora do Carmo	–	Boa Vista	rio Branco – RR	
Mercedários (Nossa Senhora das Mercês)	– Saracá	Mangabeira –	Ponta de Pedras Silves	Marajó – PA rio Urubu – AM

Tabela 2 - (continuação)

Missionários / Aldeamentos e fazendas-vilas e cidades	Aldeias (missões)	Fazendas de missionários ou engenhos	Nome atual das aldeias ou fazendas	Situação Geográfica
Jesuítas (Companhia de Jesus)	Curupatuba	-	Monte Alegre	Baixo Amazonas - PA prox. do rio Pará - PA (Baixo Tocantins) rio Pará - PA (Baixo Tocantins) rio Pará - PA (Baixo Tocantins) rio Araticu - PA Salgado - PA região das ilhas e dos furos - PA região das ilhas e dos furos - PA
	-	Gebrié	Barcarena	
	Mortigura	-	Conde	
	Sumaúma	-	Beja	
	Bócas ou Araticum	-	Oeiras	
	-	São Caetano	São Caetano de	
	-	Mamaiacu	Odivelas	
	Urutiá (Uritá)	-	Porto Salvo	
	-	Bom Intento	Vigia	
	Cabu (ou dos Tupi-nambás)	-	Marapanim	
	Curuçá	Curuçá	Colares	
	Maracanã	-	Curuçá	
	Caeté (S. João Batista)	-	Maracanã	
Aricaru ou Aricuru ou Guaricuru	-	Bragança		
-	-	Melgaço		
Nossa Senhora de Assunção de Arucurá ou Aricarã ou Arucarã	-	Portel		

Tabela 2 – (continuação)

aldeamentos e fazendas-vilas e cidades	Aldeias (missões)	Fazendas de missionários ou engenhos	Nome atual das aldeias ou fazendas	Situação Geográfica
Missionários				
Jesuítas (continuação)	Itacuruçá Pirauriri ou Piaouri ou Piraviri Tapajós Iburari (Borari) Arapiuns ou Cumaru Santo Inácio S. José de Maitapus Abacaxis Trocano	– – – – – – – – –	Veiros  Pombal Santarém Alter do Chão Vila Franca Boim Pinhel Itacoatiara Borba	rio Xingu – PA  rio Xingu – PA rio Tapajós – PA rio Madeira – AM rio Madeira – AM
Capuchos de São José ou da Piedade	Stª Antonio de Sorubui (Surubiu) Jamundá Pauxis Arapijó Caviana Maturá (Muturu)	– – – – – –	Alenquer  Faro Óbidos Carrazedo Vilarinho do Monte Porto de Moz	Baixo Amazonas – PA  Baixo Amazonas – PA Baixo Amazonas – PA foz do rio Xingu – PA foz do rio Xingu – PA foz do rio Xingu – PA
Capuchos da Conceição da Beira e Minho	Formaram duas aldeias novas	–	?	rio Jari – limite do Pará com o Amapá

Fonte: Quadro organizado por Adélia Engracia de Oliveira com base em Façanha, 1968; Leite, 1943; Maués, 1966; Mello, 1967; Mendonça, (1963, 3 tomos); Muniz, 1904.

Obs.: \* Camutã aparece, também, como um aldeamento importante dos Jesuítas. Parece, porém, que seus fundadores foram os franciscanos da Província de Santo Antonio e que os jesuítas depois a desenvolveram, passando, mais tarde, para a administração dos padres da Piedade.

\*\* Estas missões foram fundadas pelo jesuíta Samuel Fritz, do Peru e, com a expulsão dos jesuítas espanhóis do rio Solimões, os carmelitas as desenvolveram.

Essa Companhia sofreu, de início, a oposição dos jesuítas que ficaram prejudicados com a sua criação. Foi extinta em 1778. Durante os 22 ou 23 anos de suas atividades, foram financiadas experiências agrícolas, o incremento da pecuária e a construção de embarcações. Seus estaleiros, em Belém, fabricavam barcos que tanto navegavam para Mato Grosso e Goiás quanto para Lisboa. Além disso, a colônia foi suprida pela mão-de-obra africana, o que não impediu que, burlando as leis existentes, colonos e diretores de povoações escravizassem os indígenas.

A prosperidade alcançada com a criação dessa Companhia de Comércio, principalmente no Maranhão, foi efêmera, uma vez que ela era causada não só pela ajuda financeira que a Companhia fornecia, mas também por alterações ocorridas no mercado mundial de algodão e arroz face à guerra de Independência dos Estados Unidos e à Revolução Industrial da Inglaterra.

Embora a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão possuísse o monopólio tanto do comércio exterior quanto da navegação e do tráfico negreiro, na verdade, porém, os escravos<sup>17</sup> que vinham da África, importados de Bissau e Cachéu (costa da Guiné), Angola, Cabinda e Cabo Verde, entraram na Amazônia não só por intermédio das Companhias de Comércio, mas, também, através de contratos negociados entre a Fazenda Real e particulares, contrabando e iniciativa particular, o que era irregular. Chegaram, ainda, por caminhos terrestres que principiavam, em geral, na Bahia e Pernambuco. Daí, por iniciativa também particular, eles se deslocavam para o Maranhão, de onde passavam ao Pará, num comércio interno. Um pequeno número de pretos fugitivos das Guianas também se instalou na Amazônia.

Os dados referentes ao número de escravos africanos são ainda precários por falta de pesquisas mais completas. Apesar disso, o que se conhece dá um total aproximado de 53 mil indivíduos para mais. Chegavam a Belém e, daí, espalhavam-se pelo resto da Amazônia colonial, sendo utilizados tanto em serviços domésticos quanto de fortificações, pecuária, mineração, atividades agrícolas, transportes, construções navais e outros que se faziam necessários.

Reagindo contra uma forma de vida que os colonos queriam impor, muitos escravos fugiram das senzalas e se organizaram em quilombos nas vizinhanças de cidades amazônicas ou no interior. Estabeleceram-se no Maranhão (rios Maracassumé e Turiaçu), nos limites do Maranhão com o Pará (rio Gurupi), no Amapá (rios Oiapoque e Calçoene) e no Pará (rios Curuá, Trombetas, Paru de Oeste ou Cuminá e Tocantins).

f) Lei que tirava aos missionários o governo temporal das aldeias (7 de junho). Eles haviam acabado por dominar o comércio nos sertões, aldeias, vilas e cidades de Belém e São Luís, além de monopolizarem a mão-de-obra indígena e relutarem em obedecer às ordens de Portugal.

---

<sup>17</sup> Sobre o negro cf. Vergolino e Silva (1968), Salles (1971) e Figueiredo (1977).

As leis referentes à liberdade dos índios e a relativa ao governo das aldeias só foram divulgadas quando Mendonça Furtado regressou do rio Negro, sem ter conseguido encontrar o representante espanhol, o que ocorreu em 1757. Também, somente após seu retorno, foi que Mendonça Furtado deu cumprimento à Carta Régia que criava a Capitania de São José do Rio Negro. Todavia, ao invés de estabelecer a sede da capitania na vila Nova de São José, no rio Javari, conforme dizia a referida carta, implantou-a em Mariuá, pelo alvará de 18 de junho de 1757, tendo seu nome mudado para vila de Barcelos, em obediência às ordens de Lisboa que mandavam colocar topônimos portugueses nas vilas e lugares criados a partir de aldeias. Em 1758 ela foi instalada.

Tendo sido tirado dos missionários o governo temporal das aldeias, em maio de 1757 foi criado o Diretório dos Índios. Para cada uma das aldeias que fossem transformadas em vilas e lugares com nomes portugueses, haveria, além do principal (chefe dos índios), um diretor leigo, juizes e vereadores. Os índios sofreriam uma repartição, ficando parte deles para a defesa do Estado e demais necessidades do serviço real e a outra seria dividida com os moradores, para serviços diversos como equipagem de canoas e trabalho na lavoura, mediante um salário que deveria ser previamente depositado nas mãos do diretor. A língua geral foi proibida (embora persista até hoje), sendo obrigatório o ensino do português nas escolas<sup>18</sup>. Estas escolas seriam sustentadas conforme as posses dos índios. Os diretores deveriam, também, promover o progresso da agricultura e do comércio, estimular os índios não só ao trabalho mas, também, à “vida civilizada”, desenvolver neles o amor à propriedade e às riquezas, procurar tirá-los do hábito de andarem nus, auxiliar na catequese e outras coisas mais. Os índios deveriam começar a pagar dízimos de suas colheitas e dos gêneros que adquirissem, além de pagarem aos diretores a sexta parte dos produtos que cultivassem e dos gêneros que adquirissem, como remuneração ao trabalho dos mesmos. Os povoados deveriam ter no mínimo 150 pessoas e os descimentos seriam promovidos sob a inspeção do diretor, para que as povoações tivessem seu número aumentado. Os brancos, que antes eram proibidos de morar em povoações indígenas, desde que tivessem bom comportamento e apresentassem licença do governador, lá poderiam residir. Aliás, na verdade, alguns foram obrigados a isso conforme pode ser visto pelas palavras de Mendonça Furtado: “No caso de se publicar o referido bando e não se oferecerem aquelas famílias que bastem para a fundação das vilas, usaremos da autoridade e do poder, remetendo para elas assim os soldados casados, que V. Excia. nomeia, como outros muitos, ainda não sendo soldados. E, suposto que V. Excia. excetua os casados com mulheres prostitutas, ...” (Mendonça, 1963, 3º tomo: 905). Os casamentos entre brancos e

---

<sup>18</sup> Na Junta de Missões, em 8/11/1751, Mendonça Furtado (Mendonça, 1963, 3º tomo: 1035) falou aos religiosos que “era servido que logo abrissem aquelas escolas para os meninos aprenderem a ler e escrever e, em consequência, a língua portuguesa...”. Segundo ele, os religiosos da Companhia de Jesus não executaram tais ordens. Vê-se, porém, que as tentativas de aporuguesamento através da língua começaram logo no início de seu governo.

índios foram incentivados. Enquanto os indígenas se conservassem em “bárbara rusticidade”, os diretores seriam seus tutores. Enfim, o diretor controlava tudo e é fácil imaginar-se os abusos que cometeram com tanto poder nas mãos e cheios de estereótipos com relação ao índio.

Por essas enumerações vê-se que a política de deculturar, “civilizar” e escravizar o indígena continuou de forma tão ou mais acirrada do que na época em que os missionários possuíam o governo das aldeias, levando muitos grupos à extinção cultural e fazendo com que os que escapavam fugissem para as cabeceiras dos rios.

Em 1758, com a notícia de que o representante espanhol se aproximava do alto rio Negro e que protelara as demarcações porque desejava apossar-se dessa área, Mendonça Furtado voltou a Barcelos, iniciando sua viagem a 15 de janeiro. Novamente não conseguiu avistar o representante esperado e voltou a Belém em abril de 1759 (ano em que os jesuítas foram expulsos), embarcando em seguida para Lisboa.

Com a política de Pombal de civilizar compulsoriamente o indígena, de promover a ocupação do espaço amazônico com vilas e lugares, de tornar obrigatório o uso do português, de assegurar intercomunicação com o Sudeste e o Sul do Brasil através de Cuiabá e de controlar a Amazônia por pontos estratégicos localizados de forma descentralizada (Belém, PA – Barcelos, AM e Vila Bela, MT), o que facilitava a tomada de decisões rápidas, Portugal pôde consolidar seu domínio e sua expansão na região. Seus limites acabaram por ser ratificados em 1777, através do Tratado de Stº Ildefonso.

Com a ameaça permanente de invasões estrangeiras na Amazônia, o Marquês de Pombal resolveu subdividir, em 1772, o então existente Estado do Grão-Pará e Maranhão em dois outros, independentes: o do Maranhão e Piauí, cuja administração ficaria em São Luís, e do Grão-Pará e rio Negro, cuja sede seria em Belém, continuando a receber ordens diretamente de Lisboa.

Ainda na segunda metade do séc. XVIII e em complementação à administração de Mendonça Furtado, houve a atuação de Lobo D’Almada, Cap. Geral da Capitania de São José do Rio Negro. Ele estimulou e reforçou a agricultura (anil, arroz, café, cana, algodão, cacau, tabaco e produtos de subsistência como a mandioca) que, por intervenção estatal, chegou a prosperar; introduziu gado nos campos do Rio Branco, sendo que as primeiras fazendas foram iniciadas com animais oriundos de Alenquer, no Baixo Amazonas, de Tefé (rio Solimões) e do rio Negro; recrutou o índio para o trabalho, mesmo à força de armas, intensificando os descimentos, e criou um pesqueiro no Rio Branco. Ainda em sua administração foram fundadas, em 1797, as povoações de Tupinambaranas (Parintins) e a Colônia do Crato (Manicoré), sendo que esta última foi organizada com ciganos deportados do Reino. Em 1798 fundou Luséa (Maués).

Além de negros resgatados direta ou indiretamente da África, dos imigrantes transportados das ilhas dos Açores, dos colonos vindos do Reino, de degredados, de nobres de Mazagão (chegaram à Amazônia, em 1770, 340 famílias que

havia abandonado o castelo real de Mazagão, na África, fugindo de um ataque dos mouros) e de ciganos de Portugal, vieram também para o vale Amazônico, durante o período colonial, alguns suíços e alemães. O Reino possuía uma política suficientemente aberta para entrar os que pudessem colaborar com a sua ação colonialista. E embora cada vez crescesse mais o elemento alienígena, o índio continuava a ser a grande maioria apesar de que no final do séc. XVIII grupos como os Tupinambás, Aruás, Tapajós e Omáguas estivessem extintos. Os Muras, depois de atacados anualmente pelas "Tropas auxiliares da Capitania" e por expedições punitivas diversas, além de sofrerem os efeitos de epidemias como bexiga e sarampo, acabaram por ser reduzidos em 1784 e 1786, iniciando a partir de então o seu processo depopulativo e deculturativo.

Grupos indígenas ribeirinhos de diferentes origens foram perseguidos e escravizados no final desse século e acabaram por desaparecer. O Diretório, que havia sido planejado para atender a uma situação criada com a falsa liberdade dos índios, acabou por se tornar um instrumento da escravização desse mesmo indígena. Tropas, agora não mais de *resgate*, mas de *descimentos*, organizadas não só pelos governadores mas, também, por ouvidores e intendentes da agricultura e do comércio, penetraram o sertão e os altos rios à procura de grupos tribais que foram levados para os povoados de brancos e mamelucos. Assim, enquanto os índios eram pacificados, novas vilas surgiam. Além de suas ocupações costumeiras como remeiros, pescadores e outras, eles foram utilizados nas expedições demarcadoras dos limites da colônia, muitos deles sendo obrigados a remar para Mato Grosso em busca da correspondência.

Em 12 de maio de 1798, através de uma Carta Régia, o Diretório foi extinto. Os índios, que puderam, abandonaram os povoados e internaram-se pelos rios adentro, escondendo-se na mata.

A análise dos dados registrados demonstra que as mudanças básicas ocorridas na Amazônia em função da política pombalina foram:

- I – Uma nova organização administrativa do espaço amazônico, a qual resultou da necessidade de se ocupar e defender a região, consolidando o domínio português. Houve inicialmente um deslocamento do centro de decisões de São Luís para Belém e, mais tarde, um desmembramento com a criação da Capitania de São José do Rio Negro. Novo desdobramento é posteriormente realizado quando se cria o Estado do Maranhão e Piauí, desvinculado do Estado do Grão-Pará e rio Negro. A descentralização do poder facilitava a tomada de decisões relativas à defesa e posse do território, visando à consolidação do domínio português.
- II – Substituição do poder secular e religioso pelo civil, resultante do choque jesuítico-pombalino, o qual vinha se travando desde há muito tempo pela hegemonia do poder.

Com a transformação compulsória da aldeia missionária em vila pombalina, houve uma quebra do controle secular e religioso e os índios tiveram que se defrontar com valores e símbolos que lhes eram desconhecidos e incompreensíveis.

veis, como as normas legais e o pelourinho. Muitos deles foram transformados em juizes e vereadores, sem compreenderem, provavelmente, o significado exato de tais funções. Afirmo Mendonça Furtado que “pareceu-me interessante empregar em um dos lugares de vereadores a um dos Principais da antiga aldeia, que é homem sumamente esperto, vivo e desembaraçado, e com efeito o nomeei vereador, e ele aceitou com grande gôsto; e desta sorte me pareceu que, admitindo-os com os portugueses nos governos civis, se irão desembaraçando e tomando o conhecimento de como nos governamos ultimamente” (Mendonça, 1963, 3º tomo: 942).

É fácil deduzir que ao passar de uma liderança missionária para uma autoridade civil, os índios, já deculturados pelo processo anteriormente descrito, tiveram que fazer novos arranjos e adaptações culturais, desestruturando toda a organização moldada com os missionários em níveis sociais, econômicos e políticos.

III – Alteração na política relativa à mão-de-obra indígena com a lei sobre a liberdade dos índios, a perda do governo temporal das aldeias pelos missionários, a introdução de escravos negros e a criação do Diretório.

Modificações com relação à obtenção, distribuição e pagamento da mão-de-obra foram realizadas, embora os abusos continuassem e os índios, na verdade, jamais ficassem livres. A liberdade eles só conseguiam, quando desertavam e se organizavam em mocambos ou fugiam para as matas, nas cabeceiras dos rios.

IV – Surgimento de uma nova categoria social: o índio destribalizado<sup>19</sup> e deculturado, cujo processo de formação se iniciara no século anterior principalmente pela ação missionária. Agora, com a proibição da língua geral (derivada do Tupinambá) e a obrigatoriedade do português, a política de miscigenação, a transformação das aldeias em vilas e lugares e a criação dos Diretórios, esse processo se consolidou e o índio perdeu a autonomia relativa que até então conservara nas missões.

Os problemas de contestação das fronteiras da Amazônia brasileira por outros países colonialistas, na verdade, pediam esse aportuguesamento do índio, com a abolição das distinções formais entre o colonizador e o colonizado. O indígena foi politicamente manipulado para servir aos interesses de Portugal e integrou-se definitivamente ao regime colonial (Moreira Neto, 1988: 26). Apesar dos textos legais que pretendiam dar-lhe liberdade e igualdade, na verdade ficou sempre subordinado ao colonizador.

Tirado do domínio missionário ele passou a contribuir com sua força de trabalho e com filhos mestiços, os *mamelucos*, para o fortalecimento do regime colonial português.

---

<sup>19</sup> Esse índio destribalizado, o *tapuio*, assim como o processo social e político que o converteu de índio tribal em índio genérico, é cuidadosamente definido e analisado por Moreira Neto (1988).

V – Alteração na composição étnica da região, com o aparecimento de: i) *mameluco*, como resultado da política da união de colonos com mulheres indígenas – ii) *cafuzo*, filho do negro introduzido na região como escravo e o índio. Numa de suas cartas Mendonça Furtado diz: “Justamente receia V. Sa. as liberdades dos pobres homens a que chamam cafusos...” (Mendonça, 1963, 3º tomo: 1139) – iii) *mulato*, descendente da união entre pretos e brancos.

Apesar dessas novas categorias, surgidas em função de uma política colonialista, o índio ainda continuava a ser a figura dominante na Amazônia do século XVIII. Em vários trechos de suas cartas Mendonça Furtado faz referência à “falta de gente” e mostra como as povoações eram erguidas com o elemento indígena: “Partiu com efeito esta escolta para aquele descimento em 8 de maio e se recolheram a este arraial em 4 de setembro, trazendo o dito Principal, sua mulher, um filho, e sessenta e oito ou sessenta e nove índios e índias da sua jurisdição, a que ajuntei vinte e três pessoas dos Perus-perus que aqui tinha e outros mais, e remeti com efeito pelo mesmo capitão para o Pará cento e onze pessoas, e com seis que ainda aqui se acham pertencentes a esta gente e que hei de remeter na primeira canoa vêm a fazer o número de cento e dezassete, para com elas se dar princípio a uma povoação”. (Mendonça, 1963, 2º tomo: 842). Outros documentos oficiais da época indicam a mesma situação.

VI – Com o incremento de atividades agrícolas e pecuárias e a política de Pombal de “civilizar” compulsoriamente o indígena, começou a formação de uma classe agrária, dele provinda. Principiava a nascer o caboclo da Amazônia.

## SÉCULO XIX – EXPANSÃO CAUSADA PELA PROCURA DA BORRACHA<sup>20</sup>

Ao findar a época colonial, a Amazônia já possuía uma classe agrária de origem luso-brasileira, a qual vivia com padrões mesclados das duas culturas, além de alguns centros burocráticos e comerciais. Os grupos tribais continuavam a ser perseguidos e toda a região fora abalada pelo movimento nativista conhecido por *Cabanagem*<sup>21</sup>, a partir de 1835. Nessa ocasião, a população da área não excedia a 100 mil pessoas, excetuando-se os índios que não estavam integrados à população regional. Ao terminar esse conflito entre portugueses e aliados de um lado, e índios, caboclos e negros que se sentiam espoliados, de outro, houve uma baixa de mais de 30 mil indivíduos; a lavoura e a criação de gado, em Marajó e no Baixo Amazonas, estavam bastante arruinadas e as povoações achavam-se destruídas. Ficara, entretanto, comprovado que a massa rural já atingira um grau de consciência regional.

Por essa época, um produto conhecido por borracha e que era largamente utilizado pelos indígenas desde antes da chegada de Colombo na América, estava sendo industrializado na Europa e nos Estados Unidos. Seu uso fora observado e

<sup>20</sup> Dados obtidos em Oliveira (1983: 217-249) que se baseou principalmente em Benchimol (1977), Reis (1953 e 1956), Santos (1977) e Velho (1972).

<sup>21</sup> Entre outros trabalhos cf. Paolo (1985).

divulgado no século XVIII primeiramente por Charles Marie de La Condamine e depois por François Fresneau.

Em 1762 o botânico Fuset Aubley descreveu a *Hevea brasiliensis* e, nesse mesmo ano, Fresneau, depois de haver pesquisado durante cerca de 20 anos a liquefação do produto coagulado, comunicou ao governo francês o fato de ter conseguido dissolvê-lo em terebentina.

Nos anos que se seguiram, passaram a ser feitas pesquisas para a sua utilização industrial até que na primeira metade do século XIX foi descoberto o método de vulcanização (Goodyear e Hancock), passando desde então (a partir de 1839) a aumentar a demanda desse produto na Amazônia brasileira, uma vez que a *Hevea brasiliensis* era a de melhor qualidade.

Estava-se nos meados do século XIX e descrições feitas nessa época por Bates (1962) e Agassiz (1938), entre outros, mostram que aos poucos a vida na região fora voltando ao normal após as perturbações do período da Cabanagem e os padrões vivenciados continuavam a ser de origem indígena e portuguesa, sendo que esses últimos começavam a predominar. A dicotomia cidade-aldeia era acentuada principalmente em função de estereótipos com relação a caboclos e índios que eram olhados com desprezo pelos não índios. Aqueles ainda constituíam a maioria da população.

Um pouco antes desse período, num levantamento feito por Baena (1839: 380) em 1833, no Lugar da Barra (atual Manaus), de um total de 4.188 habitantes, apenas 674 eram brancos. O restante é enumerado como sendo mamalucos, baços e escravos. Não há menção expressa a índios e embora os dados estatísticos da época sejam precários, sabe-se através de relatórios e relatos diversos, que os indígenas formavam a maioria dominante. Em outro trecho de sua obra, Baena (1839: 7-8) falando sobre a população da Província do Pará diz que a mesma "he mesclada de homens brancos, de pretos, de Indianos, de pardos, de Mamalucos, de Curibocas, e de Cafuzes... Destas sete castas de homens a menos quantiosa he a dos Brancos; e a que tem maior força numerica he a dos Indianos domesticados, adunando-se-lhe o ignoto numero dos brancos sylvicolas os quais devemos conjecturar em superior quantidade..."

Com a procura cada vez maior da borracha e o seu comércio, houve um incremento demográfico na região, padrões de vida foram alterados e o isolamento em que a mesma vivia foi rompido.

Depois de 1845, quando a vulcanização propiciou uma maior comercialização da borracha, o volume de exportação desse produto, na Amazônia, passou a aumentar. Enquanto que de 1844 a 1845 a produção foi de aproximadamente 367 toneladas, em 1851 ela atingiu 1.395 toneladas.

Além da descoberta do processo de vulcanização, que impulsionou a demanda da borracha, visto que cada vez mais ela se tornava uma matéria-prima importante para os equipamentos industriais que surgiam, outros fatos ocorridos entre 1850 e 1866 na região colaboraram no sentido de expandir essa demanda.

Entre os principais destacam-se: a) *Criação da Província do Amazonas*, em 1850, cuja população nessa época era estimada em 29.798 indivíduos, sendo que era pequeno o número de negros, enquanto que os índios descidos, deculturados e “pacificados” e os caboclos totalizavam a maioria e estavam engajados em trabalhos domésticos, agrícolas e industriais. Viviam dispersos ao longo do Amazonas e alguns de seus afluentes. No rio Negro, onde durante o período colonial existia a maior concentração, já se iniciara uma decadência com a conseqüente retirada de grupos humanos, enquanto que o Solimões passara a ser um dos locais preferidos. Mas rios como o Purus e o Juruá eram inexplorados. Assim, a população, reduzidíssima, gerava um problema de povoamento para a Província recém-criada, a mais vasta do Império. b) *A introdução do navio a vapor* que objetivava dinamizar a ocupação da região e que facilitou os meios de comunicação na área, além de dar ensejo a que uma parcela da mão-de-obra que antes era empregada nos meios de transporte a vela ou a remo pudesse se deslocar para a extração da goma elástica. c) *A abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira*, decretada no dia 7 de dezembro de 1866. Embora esse decreto de abertura tivesse o pretexto de mostrar ao mundo que o Brasil, inspirado nos pensamentos então dominantes, era um país liberal, na verdade ele teve um cunho político e econômico, uma vez que visava a poder atender melhor à crescente demanda mundial da goma elástica e, assim, ajudar a recompor, a curto prazo, as finanças nacionais, que tinham sido severamente abaladas com a Guerra do Paraguai. Além disso, o Brasil, àquela época, exigia, no Sul, um direito à navegação em território estrangeiro e, desta forma, não podia continuar fechando o Norte.

Com essas medidas governamentais e a procura cada vez mais crescente da borracha no mercado mundial, o povoamento da Amazônia foi incentivado e iniciou-se naquela área uma nova fase de ocupação. Saindo à procura de seringueiras nativas, os extratores brasileiros conseguiram aumentar o patrimônio territorial do Brasil com a anexação do Acre e, chegando à região sempre em levas crescentes, os migrantes ampliaram o contingente demográfico da Amazônia, que, em 1820, foi estimado ao redor de 137 mil habitantes; em 1870 passou para 323 mil; em 1900 alcançou cerca de 695 mil e, em 1910, chegou a atingir 1.217.000 indivíduos. Mas, enquanto crescia a população dita civilizada, diminuía a indígena, com a retração de suas terras.

Todo esse processo de expansão, que gerou um aumento demográfico e territorial na Amazônia, deve ser entendido dentro de uma visão mais ampla como a dependência da economia amazonense ao capitalismo monopolista internacional que estava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX, com sua política de dominação das fontes de matéria-prima e do mercado.

Com o financiamento de propaganda e de intermediários, ele carregou para a região Amazônica uma grande leva de imigrantes nordestinos e, também, de estrangeiros, pois, na verdade, foi o capital do exterior que financiou a vinda oficial da maioria dos imigrantes, uma vez que os governos das Províncias do Pará e do

Amazonas administraram e incentivaram essa imigração por meio de empréstimos estrangeiros e o transporte dos mesmos foi quase todo feito em companhias de navegação que possuíam um capital cuja origem não era nacional.

Por ocasião da viagem de Spix e Martius na Amazônia, em 1819, a extração e o preparo da seringa eram realizados por umas poucas pessoas que, conforme se deduz da descrição feita por aqueles cientistas, seriam provavelmente portugueses, com índios e caboclos utilizados como mão-de-obra. O local era as vizinhanças de Belém e da ilha de Marajó, no Baixo Amazonas, onde se localizavam também postos de exportação.

Mas conforme aumentava a procura da borracha no mercado exterior, mais e mais se requeria o trabalho do índio na descoberta do produto e no conhecimento dos canais, furos e igarapés, que eram as vias utilizadas, fazendo com que esse produto pudesse chegar ao ponto de partida para a sua distribuição. Tal qual ocorria no início da colonização portuguesa, ele continuava a ser descido, escravizado e usado como "índio-remo", "índio-piloto" e "índio-bússola", segundo imagens de Darcy Ribeiro (1970: 14). Posteriormente o indígena foi aliciado também para a procura de cauchais.

Até 1850, aproximadamente, a exploração da borracha ficou circunscrita às vizinhanças de Belém e à região das ilhas. A partir daí, os extratores entraram no Xingu e no Tapajós, onde foram descobertos novos seringais e, pouco a pouco, foram-se avizinhandos do Amazonas.

De Cameté, Gurupá, Santarém, Monte Alegre, Óbidos e outros locais do Pará, alguns paraenses dirigiram-se para os lagos Autazes e outras áreas do rio Madeira. Enquanto esses caboclos migravam para o Amazonas, também os amazonenses, saindo de Tefé, Manacapuru ou Itacoatiara, encaminharam-se para o Purus e o Juruá.

Depois de 1840 os maranhenses começaram a penetrar na Amazônia pela fronteira sul, ou vieram por mar. Atingiram o rio Solimões e o Purus, onde foram os responsáveis pela fundação de Codajás (1862) e Fonte Boa no primeiro e de Lábrea (1871) no segundo.

Paulatinamente, conforme as notícias se divulgavam, e graças também às facilidades que a navegação a vapor oferecia ao transporte e ao comércio, os imigrantes começaram a chegar de mais longe. Vinham principalmente do Nordeste. Pernambucanos e cearenses fixaram-se no Baixo Purus que, até então, só tinha sido penetrado por droguitas-do-sertão e por pescadores.

Com esse afluxo de imigrantes, a Província do Amazonas, que possuía uma população reduzidíssima ao ser instalada em 1852, cresceu demograficamente e, enquanto aumentava a sua população ativa, a do Pará se desfalcava.

A partir de 1870, as migrações que se originavam no Pará, Maranhão e todo o Nordeste em direção aos altos rios do Amazonas continuaram em expansão. Os locais mais explorados, por causa da abundância de seringueiras, foram os vales do Juruá, Purus e Madeira.

Com a intensificação das migrações para a Amazônia e o próprio recrutamento do pessoal local para a extração da goma elástica, o comércio dos demais produtos extrativos ou agrícolas começou a entrar em declínio, o que fez com que os governos provinciais, desde os meados do século XIX, se preocupassem com o que denominavam de “abandono da agricultura”.

Além disso, nos primeiros anos da década de 70, apesar do espaço Amazônico já estar bem mais povoado que nos anos anteriores, o seu potencial produtivo ainda não tinha sido devidamente aproveitado porque a mão-de-obra continuava a ser relativamente escassa, com predominância do braço indígena, que era escravizado. Na verdade, a procura da borracha crescia mais do que a oferta e, como conseqüência, os preços subiram, o que gerou o aparecimento de países concorrentes, como a Índia e a África (Serra Leoa).

Tentativas, então, foram feitas pelo governo, através de uma *imigração dirigida*, no sentido de estimular e orientar a vinda para a Amazônia tanto de brasileiros quanto de estrangeiros para a colonização agrícola, a qual acabou por falhar, e parte dos imigrantes foi encaminhada para o trabalho com a borracha.

No entanto, como continuava a faltar braços para a extração do látex, alguns particulares promoveram o que Santos (1977: 85-86) chamou de *imigração induzida* a qual era realizada por intermediários em geral sem escrúpulos que, por meio de mentiras e promessas jamais cumpridas, aliciaram trabalhadores no Nordeste.

Uma outra forma de imigração veio solucionar parte dos problemas de povoamento da Amazônia e de obtenção de mão-de-obra ativa. Foi a *imigração espontânea*, cujos protagonistas dirigiram-se tanto para os trabalhos nos seringais quanto para atividades no setor bancário, de transportes urbanos, comércio e outros.

Por causa desse afluxo de imigrantes, a Amazônia teve um desenvolvimento demográfico excepcional. E aos nordestinos que se dirigiram para o trabalho nos seringais coube a maior parcela: entre 1872 e 1910 presume-se que hajam entrado mais de 300 mil imigrantes provindos do Nordeste.

Embora as ligações dessa região com o extremo-norte já remontassem ao período colonial, a terrível seca que assolou o Nordeste no ano de 1877, nos dois seguintes e, posteriormente, em 1888 e 1889 forçou a saída de milhares de sertanejos, que se dirigiram para a Amazônia, uma vez que ela estava cheia de seringais nativos, a borracha era cada vez mais procurada e o sistema econômico do Nordeste não tinha condições de absorver essa mão-de-obra excedente. Assim eles chegaram aos vales do Xingu, Tapajós, Madeira, Javari, Purus, Juruá e, por meio desses dois últimos rios, eles atingiram o atual Estado do Acre, conquistando-o a Bolívia. Além disso, no Pará, eles ocuparam, na lavoura, os lugares dos paraenses que se deslocaram para o oeste, à procura do látex, favorecendo, dessa forma, o surgimento da área agrícola de Bragantina.

Santos (1977) enumerou, entre causas diversas para o afluxo de nordestinos para a Amazônia nesse período, as pressões econômicas feitas pelas grandes potências como a Inglaterra, Estados Unidos e Holanda, as quais “forçaram” a vinda daquele migrante, que fugia da seca, para a região mencionada, ao invés de seguir para o sul, onde a economia cafeeira que estava em ascensão carecia, também, de braços.

Com a intensificação da imigração nordestina, a produção da borracha aumentou e foi somente a esse influxo de mão-de-obra que se deve esse aumento, porque as técnicas primárias de obtenção do produto continuaram as mesmas. De uma produção de mil toneladas nos meados do século XIX, passou-se a 6 mil ou 8 mil toneladas em 1870, chegando a uma média anual de 21 mil toneladas no decênio 1891-1900, aumentando para 34.500 toneladas em 1910 e alcançando o seu volume máximo em 1912, quando atingiu 42 mil toneladas. A partir daí começou o seu declínio. Nos primeiros anos da República, e principalmente entre 1900 e 1910, a borracha, juntamente com o café, constituía o sustentáculo da economia nacional. Sua participação na receita de comércio exterior, em 1910, chegou a 40% do total de produtos exportados, tal qual a do café.

Da Amazônia, cujo látex era considerado, até o início do declínio, o de melhor qualidade no mundo, a borracha era exportada principalmente para Nova York (EUA) e Liverpool (Inglaterra), que eram as grandes praças importadoras, e também para o Havre, Hamburgo, Antuérpia e Lisboa, que eram praças menores. Belém e Manaus eram os centros onde a exportação se fazia, sendo que Belém funcionava como a porta de saída do produto. Companhias de Navegação estrangeiras como a *Booth S.S.C.*, a *Red Cross Line* e a *Hamburg-Amerika - Line* carreavam a borracha para o exterior.

Além dos nordestinos que entraram na Amazônia pelo porto de Belém e se dirigiram principalmente para os vales dos rios Purus e Juruá, vieram imigrantes do norte de Goiás, da Bahia e do Maranhão, os quais se deslocaram, na última década do século XIX, durante o *boom* da borracha, para a região do Médio Tocantins, na área de Itacaiúnas, onde o caucho tinha sido descoberto. Em 1898, por exemplo, um comerciante vindo de Grajaú inaugurou um barracão na margem direita do Itacaiúnas, logo na foz. Assim surgiu Marabá, cuja função principal era o comércio da borracha. Servia tanto como um centro de abastecimento para as atividades dos caucheiros, quanto como um pólo de atração de contingentes demográficos vindos do Norte de Goiás, do Maranhão, da Bahia e do Nordeste em geral. Muitos dos que ali se achavam haviam trocado as atividades pastoris pelas extrativistas. E, desde o início, o local havia atraído tanto comerciantes brasileiros quanto os de origem sírio-libanesa, que *aviavam*<sup>22</sup> os pro-

---

<sup>22</sup> Aviar é o processo de comercialização através do fornecimento de mercadorias e miudezas diversas a um produtor ou coletor em troca de farinha, cipô títica, látex e outros produtos. Esse processo vigora até hoje na Amazônia e é muito comum um índio ou caboclo ficar “preso” por dívida a um desses comerciantes. Em alguns locais é conhecido como sistema de troco ou sistema de barracão.

dutores, entregando-lhes, a crédito, o material e os alimentos de que necessitavam para internarem-se no mato e, depois, recebendo como pagamento a matéria-prima coletada.

Presume-se, também, que por Mato Grosso entraram vários contingentes de seringueiros para as atividades de extração da borracha no Alto Madeira. No início do século XX, os seringais aí existentes achavam-se em franca produção, embora desde a segunda metade do século XIX a área do rio Madeira já houvesse despontado como uma fonte promissora. Em 1861 havia surgido a idéia de se construir uma estrada de ferro que ultrapassasse os trechos encachoeirados do rio Madeira, possibilitando que a navegação dos rios Madeira e Mamoré fosse ligada, unindo assim a Província de Mato Grosso a Bolívia (outra área rentável) dando condições para que a borracha coletada em ambas as regiões fosse escoada pelo vale do Amazonas até Belém, onde a exportação se daria pelo Oceano Atlântico. Essa estrada, cuja concepção tinha um fundo político, foi chamada de estrada de ferro Madeira-Mamoré e iniciou-se em 1872, por uma firma contratada na Inglaterra, a *Madeira-Mamoré Railway Co. Ltd.*, cujo presidente, o coronel George Church, menos de um ano depois, pediu na Justiça inglesa a rescisão do contrato, dando como razão o fato de ter sido enganado quanto à extensão da ferrovia e às condições da área. Essa região, além de ser extremamente insalubre, era povoada por grupos indígenas hostis que, defendendo suas terras, atacavam os trabalhadores e eram, também, por estes atacados. Assim, de malária, de beribéri, de disenteria, de ancilostomose (amarelão), de pneumonia, de febre hemoglobinúrica e pelas lutas com os índios morreu muita gente entre trabalhadores da estrada e indígenas que ocupavam a região. A firma norte-americana que substituiu a inglesa, em 1879, depois de um ano e pouco de atuação, já completamente falida, abandonou a empresa. Até então haviam morrido muitos norte-americanos, irlandeses, italianos e nordestinos e muito pouco fora construído: cerca de 7 quilômetros. Somente depois que terminou a Questão Acreana, em 1903, pela assinatura do Tratado de Petrópolis, é que a construção dessa ferrovia foi retomada, pois, pelo Tratado, o Brasil se comprometera a prosseguir na construção da Madeira-Mamoré. Em 1907 reiniciou-se o trabalho, que foi concluído em 1912, ligando-se, então, Porto Velho a Guajará-Mirim, num percurso de 364 quilômetros. Nela trabalharam, além de nordestinos, bolivianos, ingleses e norte-americanos, indivíduos que vieram das Antilhas, de Barbados, da Espanha, de Portugal, da Grécia, da Itália, da França, da Índia, da Hungria, da Polônia, da Dinamarca e de outros países. Na fase brasileira da construção, foram contratados cerca de 22 mil indivíduos. Grande parte deles, quando não morria, voltava ao seu país de origem, não tendo se incorporado à vida da região, uma vez que eram recrutados em diversos locais do mundo mediante um contrato. Pensa-se, tal qual Santos (1977), ser provável, porém, que parte dos trabalhadores que foram empregados não só na construção da ferrovia mas, também, nos serviços posteriores da mesma, hajam se integrado à população amazônica regional, radicando-se tanto no norte de Mato Grosso quanto no Acre e na zona atual de Rondônia.

A construção da ferrovia Madeira-Mamoré foi mais uma consequência da expansão da borracha do que uma das causas da mesma, pois, ao ser inaugurada, em 1913, a produção gumífera na Amazônia começava a entrar em declínio. Embora os objetivos com que ela fora construída não pudessem ter sido postos em execução, duas cidades foram implantadas como consequência desse empreendimento: Porto Velho, atual capital de Rondônia, e Guajará-Mirim, no limite ocidental do Brasil, à margem do rio Guaporé.

Conforme já foi frisado anteriormente, houve tentativas de colonização agrícola com estrangeiros e brasileiros, as quais falharam tanto no Amazonas quanto no Pará<sup>23</sup>. E enquanto esses ensaios de colonização fracassavam, os nordestinos, fugindo da seca, dirigiam-se cada vez mais para o extremo-norte do Brasil onde a borracha era abundante. Em função disso o governo paraense pensou em satisfazer suas aspirações de intensificar a agricultura na região, colocando parte dos nordestinos que chegavam nas colônias abandonadas, ao mesmo tempo que abria outras, especialmente na região Bragantina. Ai nessa área, onde a estrada de ferro construída acompanhou o povoamento da região, vários núcleos coloniais surgiram desde o início de sua construção em 1883: Apeú em 1883; Castanhal e Marapanim em 1893; Benjamim Constant em 1894; Jambu-Açu e Sta. Rita do Caraná em 1895; Granja América em 1897; Sta. Rosa, Inhangapi, Ferreira Pena, Anita Garibaldi e José de Alencar em 1898; Iaketama em 1899; Anhangá, São Luís, Maracanã e Capanema entre 1901 e 1914. Os nordestinos preferiram, para sua fixação, os núcleos de Castanhal, Marapanim e Inhangapi, embora tivessem também se localizado nos outros. Além das colônias surgidas ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, havia núcleos coloniais em outras áreas, como por exemplo, a hospedaria dos imigrantes em Outeiro, próxima da capital (Belém) e o núcleo de Monte Alegre, fundado em 1894 nas proximidades da cidade do mesmo nome, no Baixo Amazonas. Foi, porém, a região de Bragança, onde a estrada lentamente avançava, o local de maior fixação de colônias. Sob essa influência, ela acabou por se tornar a área de maior densidade demográfica do Pará. Todavia, a colonização com os imigrantes do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e outros locais do Nordeste e do Maranhão também aí não atingiu o desenvolvimento agrícola que se esperava e que fracassara com os estrangeiros. Uma das razões foi a falta de infra-estrutura básica para o desenvolvimento pretendido. O surgimento desses núcleos foi, a longo prazo, prejudicial à região em termos de desgaste do solo, que ficou exposto à erosão por causa do desmatamento realizado.

Além dos estrangeiros, cuja vinda para a Amazônia foi dirigida, a imigração aparentemente espontânea (iniciada antes do apogeu da borracha) de vários grupos alienígenas, entre os quais são citados judeus sefarditas (Sefarad = Espanha em hebraico), sírios, e libaneses, além de firmas inglesas e empresas alemãs, portuguesas e francesas, foi importante para o povoamento e ocupação da região mencionada. Aliás, apesar das tentativas oficiais dirigidas no sentido de

<sup>23</sup> Cf. Cruz (1958), Guilhon (1979), Muniz (1916) e Penteadó (1967).

trazer para a Amazônia imigrantes estrangeiros que pudessem colaborar no sentido de ocupar e colonizar a região, tanto com relação ao desenvolvimento agrícola da área quanto durante a fase de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a influência efetiva, na realidade, foi a dos que para cá vieram sem ajuda dos cofres públicos, dirigindo-se para o setor comercial, bancário, de transportes e de serviços públicos em geral.

Durante esse período de expansão gumífera, o sistema de crédito por *aviamento*, que já era utilizado na Amazônia desde o período colonial, ganhou um novo impulso. Ao tomar contato com o capitalismo internacional ele se fortaleceu, tornando-se mais sofisticado e complexo, uma vez que: 1) surgiram as grandes casas aviadoras situadas em Belém e Manaus, as quais mobilizaram um grande capital; financiaram as expedições exploratórias da borracha; abasteceram os seringais, recebendo como troca (pagamento) a goma elástica e realizando posteriormente as operações de venda da mesma ao exterior; criaram frotas que atingiram os altos rios, levando as mercadorias para os seringais e trazendo a borracha para Manaus e Belém; recrutaram mão-de-obra no Nordeste e, quando a borracha entrou em seu período áureo, muitas das casas aviadoras ficaram em mãos de estrangeiros; 2) os seringalistas, que eram os comerciantes-proprietários, possuíam a proteção de “leis” incorporadas a um “Regulamento dos Seringais” que, embora não fosse um decreto governamental, era uma forma de acordo entre os proprietários de seringais acerca de suas relações com os seringueiros, garantindo aos primeiros o pagamento das dívidas dos segundos. E os seringalistas pressionavam o governo para que com eles colaborasse no cumprimento dessas “leis”. A relação entre aviadores e aviados, durante esse período, tornou-se o centro das relações comerciais e sociais da região.

Durante a fase intensiva da produção da borracha, quando a ligação dos seringalistas com as casas aviadoras estava em pleno funcionamento, um tipo de comerciante que já estava em atividade na região desde o século XVIII, conhecido por *regatão*,<sup>24</sup> continuou o seu comércio, agora também com os seringueiros, de forma cada vez mais acentuada, embora às escondidas, procurando sempre escapar da vigilância dos proprietários dos seringais. Comerciava à noite e clandestinamente, uma vez que os seringalistas, lesados por seus extratores, procuravam punir com severidade quem interferisse em seus negócios. Na verdade, os *regatões*, muitas vezes, embora ludibriassem os seringueiros, funcionavam como válvulas de escape para as necessidades dos mesmos, as quais nunca eram supridas pelos patrões. Entregando aos *regatões*, furtivamente, peles de borracha, os extratores da goma elástica recebiam em troca remédios, latas de conserva e outros produtos que eram novidades nos mercados de Belém e

---

<sup>24</sup> Regatão é um comerciante que, em barcos ou canoas, percorre os rios da Amazônia trocando quinquilharias, instrumentos diversos, roupas e gêneros alimentícios, pelo produto do trabalho indígena ou caboclo, sempre visando ao máximo de lucros e regateando o preço da mercadoria comprada, procurando desvalorizá-la. É também um intermediário ambulante que tem o papel de um agente intercultural.

Manaus. Já nessa época, os sírios, os libaneses e os judeus faziam concorrência aos portugueses e caboclos de outrora nessa forma de comércio.

Durante esse período, considerado áureo para a Amazônia, seu contingente populacional aumentou enquanto os seus primeiros ocupantes foram cada vez mais desaparecendo, até que em 1911-1914 o quase monopólio da borracha pelo Brasil é desfeito com a entrada, no mercado, da produção oriunda do plantio racional efetuado no Oriente, a partir de sementes de seringueiras coletadas na Amazônia pelo inglês Henry Wickham e transplantadas no Ceilão. Deu-se, então, já ao final da I Guerra Mundial, um processo inverso, com retorno de grande parte dos imigrantes que haviam chegado à região. Essa diminuição populacional foi acompanhada de prejuízos diversos, como falência de casas aviadoras, fechamento de seringais e outros. Alguns dos grandes comerciantes, entretanto, deslocaram suas atividades de extração para a castanha e a madeira, mantendo em funcionamento o sistema de aviamento. E a ascensão do preço desses produtos criou possibilidades de emprego. Também, como disse Santos (1977), é bem possível que os pecuaristas de Marajó tenham podido, a partir desse colapso, aprofundar "sua influência sobre a administração republicana".

Como nos séculos anteriores, a maior parte das mudanças ocorridas durante o período de expansão da borracha foram causadas por problemas de ocupação da terra e comércio dos produtos nela existentes. Variaram as formas de consecução dos objetivos, a intensidade dos processos utilizados e a política empregada pelo Estado.

A mudança básica refere-se ao fato de que nessa época a Amazônia começou a perder sua face essencialmente indígena<sup>25</sup>. Os índios tiveram seus territórios envolvidos, diminuídos e comprimidos pela ocupação extrativista que, além da borracha, se fazia também com relação à castanha-do-pará, o óleo de copaiba e outros produtos mais, e também se desorganizaram nos níveis social, econômico e religioso. A obra de Alexandre Rodrigues Ferreira (1974 e 1983) deve ser consultada para um entendimento de como se expressava essa face indígena da sociedade amazônica, profundamente alterada um século depois de sua viagem.

Tal mudança ocorreu em função de um grande fluxo de migrações e por tentativas de colonização que, por sua vez, estavam correlacionadas à dependência da economia amazonense ao capitalismo monopolista internacional que estava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX, com sua política de dominação das fontes de matéria-prima e do mercado. Conforme já mostramos anteriormente, até o período mencionado a população indígena e cabocla predominava sobre a "branca", tendo essa situação se revertido com a procura sempre crescente da borracha e o seu comércio, quando houve um incremento demográfico na região, causado não só por migrações de nordestinos e de estrangeiros que se dirigiam à coleta e ao comércio do látex, mas também por tenta-

---

<sup>25</sup> Moreira Neto (1988: 15) também defende este ponto de vista.

tivas de colonização que pretendiam resolver o problema agrícola da região. Padrões de vida foram alterados e o isolamento em que a Amazônia vivia foi rompido.

Esse grande fluxo migratório, expresso em dados tais como a entrada de 22.000 estrangeiros na fase brasileira da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e de mais de 300.000 nordestinos entre 1872 e 1910, deu como consequência os seguintes fatos:

- a) novas alterações na composição étnica da Amazônia causadas pelas uniões entre os que viviam na região e os que nela chegavam.
- b) descaracterização cultural do habitante regional em contato com os imigrantes que possuíam hábitos, idéias e motivações diferentes, tendo havido nessa época o que Wagley (1967: 46) chamou de “um contato mais íntimo da região amazônica e suas comunidades com o mundo externo”.

A conjugação desse fluxo migratório com os objetivos de uma economia capitalista deram, ainda, como consequência:

- c) desenvolvimento urbano de Manaus e Belém e a criação de novas vilas e povoados, sem que tenha havido, no entanto, um desenvolvimento social.

Até a época de Mendonça Furtado, conforme já vimos, os maiores núcleos eram os aldeamentos indígenas dirigidos pelas Ordens religiosas então existentes. Com a política de Pombal, essas aldeias foram elevadas a vilas (dirigidas por um corpo de vereadores) e povoados (dirigidos por um Diretor) e praticou-se uma política de miscigenação do colono com o índio, a fim de promover o povoamento. Alguns outros núcleos surgiram ao lado das fortificações, ou nos locais de pesca, onde o Estado implantou pesqueiros.

Com a produção da borracha, a propriedade principal passou a ser o seringal, sendo que alguns deles deram origem às atuais cidades amazônicas, como é o caso de Benjamin Constant, que teve origem no seringal “Remate de Males”, localizado em um afluente do rio Javari; de Rio Branco, que se originou do seringal “Empresa”, no rio Acre, e de Boca do Acre, que se formou no seringal de Alexandre Oliveira Lima.

Manaus, que não passava de uma vila, surgida à sombra do forte da barra do Rio Negro, transformou-se em cidade graças ao intenso movimento comercial de que foi núcleo. Ali se instalaram casas aviadoras e firmas de exportação da borracha, sendo que grande parte do capital que entrou foi investido em obras públicas, em operações mercantis e serviços diversos, dando como resultante o seu desenvolvimento urbano.

Belém, que desde o período colonial já assumira a feição de metrópole, desenvolveu-se mais ainda. Entre outros fatos, ela era a porta de saída da borracha para o exterior e, assim, a vida comercial aí foi também intensa. Além da criação de obras monumentais, da importação de alimentos do exterior e de uma vida noturna que ficou conhecida no Brasil, tanto Belém quanto Manaus atraíram para a região Amazônica um corpo famoso de intelectuais e de profis-

sionais liberais que, nessas cidades, estimularam as atividades artísticas e científicas. Entre outros, para cá vieram Carlos Gomes, no final do século XIX, o qual assumiu a direção do Conservatório de Música em Belém, e Humberto de Campos, no início do século XX, que veio fazer parte do corpo de redatores da *Provincia do Pará*. A eles deveu-se, em Belém, a criação da Faculdade de Direito em 1902 e a de Farmácia em 1904.

No campo industrial, embora a borracha tenha sido usada como matéria-prima para a confecção de uma série de artigos, nenhuma fábrica ou indústria se desenvolveu nessa região. Mais tarde, já no século XX, na década de 30, houve em Belém a tentativa de funcionamento da fábrica de pneus "Farah", que não deu certo.

Assim, enquanto a borracha abriu, no plano internacional, as possibilidades para o desenvolvimento industrial de vários países, como a fabricação do automóvel, os Estados Amazônicos tiveram apenas um curto período faustoso, onde uma minoria chegou a desvarios, segundo o anedotário da época, de acender charuto com dinheiro. Aliás, essa minoria continuava, como ocorrera no período colonial, a ter mais ligações com a Europa do que com o resto do Brasil, vivendo um verdadeiro fausto parisiense. Mas isso ocorria em cidades como Manaus e Belém, enquanto o grosso da população, os seringueiros, sofriam um regime disfarçado de trabalho escravizado, dependendo em tudo do patrão e sendo torturados ou mortos quando contra ele se rebelavam ou mesmo quando não produziam, por razões de doença ou outras, no ritmo exigido.

A prosperidade atingida por uns poucos indivíduos que formavam a elite política, a qual vivia em confraternização com o empresariado estrangeiro que controlava as operações comerciais, foi de curta duração e não deixou marcas a não ser pelas grandes obras públicas, como o Teatro da Paz em Belém e o Teatro de Manaus, além de residências grandiosas. A maioria, aquelas pessoas que realmente trabalhavam nos seringais coletando a goma elástica, essa vivia na miséria, com impaludismo e disenteria, sem distrações, isolada, com falta de mulheres (o nordestino, em geral, chegava sozinho), o que levou a problemas de homossexualismo e de bestialismo, carente, portanto, de amor, de alimentação, de companhia, de distração, de atendimento médico e outros mais.

d) alteração nas formas de produção e de comércio com o fortalecimento do processo econômico conhecido por *aviamento* e a permanência da figura do regatão.

O processo de aviar já tinha sido usado por missionários e leigos no negócio das "drogas-do-sertão" e, posteriormente, quando houve experiências agrícolas e de criação de gado na Amazônia.

Nessa ocasião elas eram realizadas com base no crédito que diferentes casas comerciais espalhadas pelos povoados da região forneciam aos que por elas se interessavam. Quando tomou contato com o capitalismo internacional, ele se fortaleceu, conforme já explanamos anteriormente, tornando-se o sistema econômico dominante durante essa fase de expansão gumífera.

Com condições geográficas tais como distância, isolamento e acesso difícil ao local da produção, esse sistema de fornecimento de mercadorias a crédito acabou por se organizar em forma de uma cadeia vertical. No topo ficavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, que funcionavam como financiadoras, abastecedoras e intermediárias, fornecendo os bens de consumo e instrumentos de trabalho necessários à exploração dos seringais e cauchais a um aviador menor, que podia ser o dono de um estabelecimento comercial em povoados próximos dos seringais. Este, cobrando juros, aviava o seringalista, que, por sua vez, através do regime de barracão (local onde os produtos eram armazenados e onde era marcada a dívida do extrator que ali, compulsoriamente, se abastecia), aviava o coletor e, depois disso, a cadeia se invertia, começando o processo de entrega da borracha, até chegar ao mercado internacional: o extrator entregava o produto coletado ao seringalista, que o entregava ao comerciante e este à casa exportadora em Belém e Manaus. A partir daí a goma elástica chegava ao seu destino na Inglaterra, Estados Unidos e outros países. Com os juros que cada um dos elementos inferiores do elo da cadeia pagava ao superior, pode-se imaginar a exploração a que era submetido o extrator, que estava sempre preso por dívida ao seu patrão, o seringalista, dívida esta que era prévia e posterior, pois ao seu patrão ele deveria pagar as despesas com transporte, os seus instrumentos de trabalho, a sua comida, as suas roupas, os seus remédios e tudo o mais de que precisasse. Algumas vezes, o seringalista, dono de um capital maior, aviava-se diretamente das grandes casas aviadoras existentes em Belém e Manaus sem precisar da intermediação do aviador de 1ª linha.

Os regatões, conforme já se disse, continuaram o seu comércio durante essa fase.

O sistema de *aviamento*, cuja dinâmica de desenvolvimento pôs a funcionar a economia amazônica no período abordado, preexistentes àquela fase e a ela sobrepujou, continuando a vigorar na região até os dias atuais, embora com sua importância atenuada por causa das grandes modificações que lá se registraram.

Além dessa mudança básica, em que os fatos narrados acima levaram à alteração da face indígena da Amazônia, outras, que já estavam em curso desde o século XVII, tomaram um novo impulso quando a *Hevea brasiliensis* passou a ser cada vez mais procurada. Foram:

I – Retração dos territórios indígenas e o engajamento compulsório dos índios na extração do látex.

Muitos deles foram obrigados a sair de suas terras tradicionais, imemorialmente ocupadas, quando lá mesmo não foram mortos por grupos armados de “civilizados”. Índios do Xingu, como os Tucunypapé e os Curuaya, ao que se conhece, foram levados à extinção. A área compreendida entre os rios Juruá-Purus que no início da ocupação pelos extratores não possuía nenhum branco mas era habitada por grupos tribais que falavam as línguas Pano, Aruak e Katukina, cerca de dez anos depois, quando ela se tornara a principal região

produtora da borracha, a maior parte desses grupos havia desaparecido física ou culturalmente, enquanto os “civilizados” somavam acima de cinquenta mil (Ribeiro 1970: 42-43). Uma outra região profundamente alterada por essa penetração foi a do Madeira-Guaporé-Mamoré, com a construção da estrada de ferro. Privados de qualquer assistência por parte dos órgãos oficiais, os índios ali existentes foram submetidos a uma ação destruidora constante tanto por parte das companhias construtoras quanto dos invasores de terra. Aliás, a ocupação do norte de Mato Grosso em direção à Amazônia envolveu grupos variados que se localizavam nos vales dos rios Madeira, Tapajós e Araguaia-Tocantins. Nessa última área, os Carajá, os Xavante e os Xerente foram envolvidos e, nas fronteiras do Maranhão, os grupos mais atingidos foram os Timbira, principalmente os Krahô.

## II – Ampliação territorial, com a anexação do Acre.

Essa ação teve repercussões sociais, porque na época havia todo um projeto de geopolítica que necessitava ser posto em execução. Além da conquista do Vale do Aquiri (de onde o nome Acre), consolidada pela assinatura do Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro de 1903, foi resolvida, em 1900, a questão da região do Contestado, hoje território federal do Amapá, que era uma questão de fronteira entre o Brasil e a França. Em ambas as questões, os interesses brasileiros foram definidos pelo Barão do Rio Branco.<sup>26</sup>

## SÉCULO XX – AÇÃO DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS PARA A AMAZÔNIA<sup>27</sup>

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, iniciou-se a mais forte investida da expansão interna na região Amazônica, liderada por grandes grupos empresariais. E o asfaltamento dessa rodovia, no final da década, juntamente com a construção de estradas estaduais, contribuíram para aumentar bastante o fluxo de imigrantes em direção a essa área.

Depois do movimento de 64, o Governo tomou várias medidas como estratégia para o desenvolvimento da região que está sendo focalizada. Os projetos desenvolvimentistas tiveram seu poder de coordenação regional aumentado com a modificação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). O *Banco de Crédito da Amazônia*, sendo transformado em *Banco da Amazônia*, adquiriu mais poderes e mais recursos. A criação de uma Zona Franca, em Manaus, supervisionada pela SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), tinha por finalidade desenvolver a Amazônia Ocidental, atraindo interesses econômicos e financeiros para a área. A transferência do Comando Militar da Amazônia, situado em Belém, para Manaus, possuía como objetivo a interiorização do centro do poder militar da região. Houve,

<sup>26</sup> Cf. Mattos (1980: 43-60).

<sup>27</sup> Cf. Oliveira (1983: 268-310 e 1984: 1280-1283).

ainda, um aumento de 50% para 75% na possível participação dos incentivos fiscais sobre o custo total do projeto, tendo os mesmos sido estendidos às empresas estrangeiras.

Já na década de 70, tentou-se realizar uma integração Leste-Oeste, com a finalidade de colocar os recursos da Bacia Amazônica ao desenvolvimento da economia do país. Deu-se o lançamento do *Programa de Integração Nacional* (PIN), através do Decreto-Lei nº 1.106, de 16/06/70, o qual, sob uma visão integracionista da nação, objetivava melhorar as condições para a expansão do capital e para minimizar a crise de desemprego no Nordeste e no Centro-Sul, assentando, em projetos de colonização, migrantes dessas duas áreas. A integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a finalidade era fazer uma união entre áreas menos e mais desenvolvidas, do Norte e do Sul, e trazer a mão-de-obra não qualificada do Nordeste para utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia e do Planalto Central. Investiu-se na montagem de uma infra-estrutura econômica interna para a Amazônia e deu-se um grande desenvolvimento às obras de viação nessa área. Projetaram-se, então, duas rodovias: a) uma, que ficava ao sul do rio Amazonas, e que ligaria o Nordeste à Amazônia – a *Transamazônica* (BR-230), complementada pela Cuiabá-Santarém (BR-165), a qual faria a sua ligação com o centro-sul; b) a outra, conhecida por *Perimetral Norte*, ficava ao norte do rio Amazonas. Pretendia-se, na verdade, que o sistema hidrorodoviário da Amazônia fosse concretizado através de três vias transversais, no sentido Leste-Oeste: o rio Amazonas e as rodovias *Perimetral Norte* e *Transamazônica*, que seriam cortadas por outras vias diagonais, longitudinais e radiais, formando uma rede de rios navegáveis e de estradas terrestres.

No ano seguinte, em 1.º de junho de 1971, lançou-se o *Programa de Redistribuição de Terras* (PROTERRA), que complementava o PIN. Ambos pretendiam incentivar o setor agrícola rural.

Quando o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (IPND) – 1972/74 – foi lançado, deu-se muita ênfase aos objetivos do PIN e do PROTERRA, que eram a integração, a ocupação humana e o desenvolvimento econômico. As supostas complementariedades sócio-econômicas entre o Nordeste e a Amazônia continuavam a ser destacadas. O ponto de partida para a concretização dessas metas foi a colonização das rodovias *Transamazônica* e *Cuiabá-Santarém* por elementos trazidos do Nordeste. Ao mesmo tempo fez-se um mapeamento da Amazônia através de aerofotografia e estudos complementares, de maneira a se obter um inventário dos minerais, solos e vegetação da região Amazônica (Projeto RADAM).

Como os projetos de colonização começaram a falhar, em 1973 as grandes empresas passaram a assumir a tarefa de “desenvolver” a área amazônica. Com isso aumentou a penetração da pecuária e dos grandes latifúndios, cuja posse se fez tanto de forma legítima quanto ilegítima. A finalidade era para fins de criação, de reserva de valor e de especulação. Com esse avanço, a situação dos grupos

indígenas e da pequena propriedade familiar foi ficando cada vez mais precária e os conflitos pela posse da terra se acentuaram.

Quando foi lançado o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* – 1975/79, durante o Governo Geisel, a Amazônia deixou de ser vista como uma “área-problema” para ser encarada como uma “fronteira de recursos”. Tal fato propiciou uma expansão cada vez mais forte do capitalismo na região e o seu “desenvolvimento” passou a ser dirigido pela grande empresa privada.

Entre os programas lançados destacou-se um, referente à criação de pólos de crescimento na região – o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) o qual foi detalhado em termos programáticos pela SUDAM em seu *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia* (II PDA). Com esse programa fortaleceu-se a aliança entre o Estado e a empresa privada, tanto nacional quanto estrangeira, na condução do processo de ocupação dos espaços vazios na área Amazônica e de seu “desenvolvimento”. Seu objetivo era ampliar a exploração dos recursos naturais da região e, com os mesmos, abrir novas frentes para a conquista de mercados externos.

Esse programa previa, inicialmente, a ação coordenada da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), dos diversos ministérios envolvidos, dos governos dos estados e territórios da região Amazônica e da iniciativa privada em 15 áreas, as quais constituiriam objeto de planos de desenvolvimento integrado. Em 1979 a área da SUDAM foi acrescida de mais um pólo, o XVI – PROMAM (Médio Amazonas) e, em 1981, a área da SUDECO foi acrescida de mais um programa, o POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), que compreende a zona de influência da rodovia Cuiabá–Porto Velho, ou seja, o oeste e o noroeste do estado de Mato Grosso e o estado de Rondônia. Nesta região tem havido o maior fluxo de migração do país, a qual em geral se destina ao setor agrícola.

O *III Plano Nacional de Desenvolvimento* – 1980/85 – menciona a necessidade de se “promover a exploração racional e não predatória de novas áreas, como por exemplo, da Amazônia”, mas o que na realidade aconteceu é que a implantação das atividades programadas por essas políticas desenvolvimentistas deu origem a um grande movimento de migrantes para a região, acompanhado de novas tecnologias, o que acabou por colocar em risco o equilíbrio da natureza, como ocorreu no caso do desmatamento.

Grandes empresas nacionais e multinacionais que revolvem o solo à procura de minerais, que desmatam grandes áreas para projetos agropecuários e industriais, que se dedicam a atividades extrativistas, como a coleta de seringa ou madeiras, que inundam áreas onde vivem índios e caboclos, onde há uma flora e uma fauna específicas, instalaram-se na Amazônia, mediante incentivos, sem se preocuparem, na realidade, com o bem-estar do homem regional. Medidas foram e são tomadas, mas elas só levam em conta o que o alienígena acha que é certo e

não o que o nativo pensa e deseja, deixando de lado toda uma experiência adquirida há séculos, na vivência do dia-a-dia com a natureza amazônica.

Assim, com a instalação de mineradoras, de hidrelétricas, de projetos agropecuários, de madeireiras, a construção de grandes estradas e o incentivo à colonização, a mais exótica e mais complexa região de floresta tropical úmida está sendo afetada por atividades predatórias do homem e a finalidade almejada, que é o povoamento e o desenvolvimento da área, não está sendo conseguida da forma planejada, uma vez que muito poucos empregos permanentes foram criados, não se resolveu o problema da crise agrária do Nordeste e do Centro-Sul e não se atingiu o objetivo de *bem-estar* para as populações regionais. O que tem acontecido, na verdade, é que a violência e a miséria crescem cada vez mais, com o surgimento de conflitos pela posse da terra. Em muitos casos, as condições de infra-estrutura econômica e social sobre os serviços públicos são absolutamente precárias.

A retórica do “desenvolvimento nacional” novamente se acha presente no projeto do *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República – 1986-1989* (SUDAM, 1986), o qual visa, basicamente, a “interiorizar e internalizar o desenvolvimento” (idem, p. 30), o que deverá aprofundar a submissão da Amazônia ao capitalismo intensivo. Entre as ações planejadas previram-se: – a) *Programas Regionais de Interesse Nacional/Regional*, no qual se inserem, dentre outros, o “Programa de Apoio aos Municípios de Fronteira”, o “Programa Regional de Reforma Agrária” e o “Programa Regional de Levantamentos Básicos” – b) *Programa Sub-Regionais de Interesse Nacional/Regional*: PMACI, “Projeto Calha Norte”, PLANACRE e PDRI do Amazonas, Acre e Roraima – c) *Programas Inter-Regionais de Interesses Comuns à Amazônia e Centro-Oeste*, entre os quais está o POLONOROESTE.

Este I PDA da Nova República possui um caráter globalizador, pretendendo harmonizar aspectos diversos como “desenvolvimentismo”, controle geopolítico, defesa ecológica, desenvolvimento comunitário, controle estatal sobre a expansão e a preponderância de organismos regionais, proteção de comunidades indígenas, com prioridade para a demarcação de suas terras, além de outros aspectos.

Apesar do Plano falar em defesa ecológica, prevê-se que o impacto dos programas haverá de se refletir no meio ambiente, afetando os recursos naturais, como, aliás, já vem ocorrendo. Refletirá, ainda, na própria organização e estrutura social da região, uma vez que à medida que as áreas vão sendo atingidas por fatores de transformação, a organização interna das comunidades humanas vão sendo igualmente afetadas pelo impacto de suas ações.

Com relação a mudanças básicas na época agora enfocada, é preciso lembrar que apesar de toda a expansão desenvolvimentista na Amazônia, principalmente após a década de 70, parece apenas que o setor industrial foi beneficiado com a elevação do nível técnico do parque industrial, sendo que, algumas vezes, as populações regionais atingidas por essa expansão foram utilizadas

como mão-de-obra. Na maior parte das vezes, porém, essas populações saíram de vilas e cidades amazônicas em busca ilusória de melhor oportunidade de emprego em locais como Belém e Manaus, ou foram expulsas do campo por causa da implantação dos grandes projetos e acabaram por inchar a periferia dos centros urbanos e contribuir para o aumento da criminalidade e da prostituição.

Mas além de mudanças na organização social de várias comunidades existentes na área, houve também alterações decisivas no sistema de valores dessas comunidades, com conseqüências disruptivas na visão do mundo de seus habitantes.

A ocupação da terra e dos recursos nela existentes continua a ser o motivo principal dessa expansão e a ação dos dias atuais tem levado a uma reconceitualização da noção da propriedade. Também houve o surgimento de novas categorias profissionais e a conseqüente alteração nas relações de trabalho até então existentes.

Mudanças que afetam os níveis sociais, políticos, econômicos e religiosos da população amazônica estão em curso e, no momento, é ainda difícil prever o rumo exato que deverão tomar. Calcula-se, entretanto, que caso medidas eficazes e objetivas não sejam tomadas, o desenvolvimento vai acabar gerando o subdesenvolvimento para as populações regionais.

### **CONSIDERAÇÃO FINAL**

Passados pouco mais de três séculos após o início da expansão e ocupação portuguesa na Amazônia, a face humana, social e cultural da região se modificou radicalmente, conforme foi visto através do processo descrito em cada um dos momentos escolhidos.

Frisa-se, entretanto, mais uma vez, que dado o seu tamanho, a sua diversidade e a sua penetração histórica diferenciada, o processo analisado não ocorreu em toda a região e diante das transformações atuais, bruscas e profundas, é provável que o processo de mudança em áreas menos afetadas terá um curso diferente, sobretudo se levado em conta que locais diferenciados são afetados em graus e formas diversos. O **HOMEM**, entretanto, tal qual ocorreu no passado, continua a ser preterido em favor de políticas diversas que visam à ocupação econômica e política da região.

Dados como o uso do nativo como força de trabalho ou matriz de reprodução biológica da espécie, foram substituídos, em algumas áreas, pelo uso do colono que chegava na Amazônia através dos projetos de colonização dirigida, ou não, enquanto que em outras áreas, como as minerometalúrgicas esse processo sofreu alterações fundamentais, uma vez que a ocupação atual necessita de uma maior especialização.

Também, embora se pretenda ainda mudar o índio *específico* para índio *genérico*, a situação alterou-se um pouco em função do fato de que os indígenas adquiriram uma nova consciência no sentido de sua auto-afirmação étnica e da necessidade de conduzirem os seus próprios destinos. Eles estão se organizando

politicamente e, com tal ação, principiaram a mudar o caráter das relações branco/índio.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS**

- AGASSIZ, L. 1938. *Viagem ao Brasil – 1865/1866*. São Paulo, Nacional 654p. (Série Brasileira, 95).
- AZEVEDO, J. L. de. 1893. *Estudos de história paraense*. Belém, Tavares Cardoso. 253p.
- \_\_\_\_\_. 1901. *Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão. 366p.
- \_\_\_\_\_. 1930. *Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Coimbra, Imprensa da Universidade. 436p.
- BAENA, A.L.M. 1839. *Ensaio corográfico sobre a Provincia do Pará*. Belém, Santos & Menor. 589p.
- BATES, H.W. 1962. *The naturalist on the River Amazons*. Berkeley, University of California Press. 469p.
- BENCHIMOL, S. 1977. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus, Umberto Calderaro. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- BETENDORF, J.F. 1910. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 72(1).
- CARVAJAL, G. de; ROSAS, A. de; ACUNÃ, C. de. 1941. *Descobrimento do rio Amazonas*. São Paulo, Nacional. 294p. (Série Brasileira, 203).
- CRUZ, E. 1958. *Colonização do Pará*. Belém, INPA. 182p.
- DANIEL, J. 1841. Parte segunda do Thesouro descoberto no rio Amazonas. Notícia geral dos índios, seus naturaes, e de algumas nações em particular. *Rev. Trimestral Hist. Geogr.*, Rio de Janeiro. t.3.
- DENEVAN, W.M. 1976. The aboriginal populations of Amazonia. In: *The native population of the Americas in 1492*. Madison, University of Wisconsin. pp. 205-34.
- FAÇANHA, L.M.S. 1968. *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*. Belém. pp. 83-112.

- LAS CASAS, B. de 1984. *O paraíso destruído; a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre. 150 p. (Série Visão dos Vencidos).
- LATHRAP, D. W. 1970 *The Upper Amazon*. New York, Praeger.
- LEITE, S. 1943. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. v.3 e 4.
- MATTOS, C. de M. 1980. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro, José Olympio. 216p. (Coleção Documentos Brasileiros, 189).
- MAUÉS, R.H. 1968. Congregações religiosas na Amazônia. In: *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*. Belém. pp. 11-82.
- MEGGERS, B. J. & CLIFFORD, E. 1957. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bureau of American Ethnology Bulletin*. Washington, (167).
- \_\_\_\_\_. 1971. *Amazônia: Man and culture in a counterfeit paradise*. Chicago, Aldine.
- MELLO, O. 1967. *Topônimos amazonenses; nomes das cidades amazonenses, sua origem e classificação*. Manaus, 163 p. (Série Torquato Tapajós, 13).
- MENDONÇA, M.C. de. 1963. *A Amazônia na era pombalina; correspondência inédita do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1761-1759*. Rio de Janeiro, IHGB. 3t.
- MILLER, E. 1987. Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental. In: Lautaro Núñez y Betty Meggers (eds.) *Investigaciones paleoindias al sur de la línea ecuatorial*. Estudios Atacameños nº 8 (nº especial). Universidad del Norte, Chile. pp. 36-61.
- MOREIRA NETO, C. de A. 1988. *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes. 348p.
- MUNIZ, P. de 1904. *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris, Ailland. 230p.
- \_\_\_\_\_. 1916. *Estado do Grão-Pará, imigração e colonização – história e estatística 1616/1916*. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará. 158p.

- MURPHY, R. F. 1958. Mundurucu religion. *University of California Publications in American Archaeology and Ethnology*, Berkeley, 49(1): 146.
- \_\_\_\_\_. 1960. *Headhunter heritage; social and economic change among the Mundurucu indians*. Berkeley, University of California Press.
- MYERS, T. P. 1973. Toward the Reconstruction of Prehistoric Community Patterns in the Amazon Basin. In: D. Lathrap and Douglas (eds.) *Variation in Anthropology*. Illinois, Archaeological Survey, Urbana. pp. 233-252.
- \_\_\_\_\_. 1971. Aboriginal Trade Networks in Amazonia. Reprinted from *Networks of the Past: Regional Interaction in Archaeology*, ed. by Peter D. Francis, F. J. Kense and P.G. Duke, Archaeological Association, University of Calgary. pp. 19-30.
- NIMUENDAJU, C. 1983. *Os Apinayé*. Belém, MPEG. 146p.
- OLIVEIRA, A. E. de. 1978. A terminologia de parentesco Mura-Pirahã. *Bol. Museu Paraense Emilio Goeldi. n. série Antropologia*, Belém, 66. 33p.
- \_\_\_\_\_. 1983. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. *Amazonia; desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo, Brasiliense. pp. 144-327.
- \_\_\_\_\_. 1984. O homem na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, SBPC, 36(8). 1277-1284.
- PAOLO, P. di. 1985. *Cabanagem; a revolução popular da Amazônia*. Belém, Conselho de Cultura. 415 p. (Coleção História do Pará, Série Arthur Vianna).
- PENTEADO, A. R. 1967. *Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém, UFPa. 2v. (Coleção Amazônia, Série José Verissimo).
- PORRO, A. 1983. Amazônia; os índios antes do massacre. *Leitura*, São Paulo, 2(18): 6-7.
- \_\_\_\_\_. 1984. Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8 – GT História Indígena e do Indigenismo. pp. 1-7.
- REIS, A.C.F. 1953. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola. 149 p. (Documentário da Vida Rural, 5).

- \_\_\_\_\_. 1956. *A Amazônia que os Portugueses revelaram*. Rio de Janeiro, MEC. 129 p. (Coleção Vida Brasileira).
- \_\_\_\_\_. 1964. *A formação espiritual da Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA. (Coleção Araújo Lima).
- RIBEIRO, D. 1970. *Os índios e a civilização; a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 495 p. (Coleção Retratos do Brasil, 77).
- RODRIGUES, F. M. 1968. Os missionários na Amazônia. In: *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*. Belém. pp. 113-52.
- ROOSEVELT, A. C. a. Resource Management in Amazonia before the Conquest. In: *Natural Resource Management by Indigenous and Folk Societies in Amazonia*, ed. by William Belée and Darrel Posey. New York Botanical Garden (no prelo).
- \_\_\_\_\_. b. Pré-história da Amazônia. In: *Leituras em Arqueologia*. São Paulo, Nobel. (no prelo).
- SALLES, V. 1971. *O negro no Pará; sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro, FGV. 336 p. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).
- SANTOS, R.A. de O. 1977. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. 2v. (Tese-Mestrado. Faculdade de Economia e Administração da USP).
- \_\_\_\_\_. 1981. O processo histórico da integração capitalista da Amazônia. *Cadernos. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPa*. Série B. História, Belém, pp. 3-31.
- SIMÕES, M. F. 1981. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará) – Nota preliminar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi n. série Antrop.*, Belém, 78, 26 p. il.
- \_\_\_\_\_. 1983. A Pré-história da bacia amazônica. Uma tentativa de reconstituição. In: *Cultura Indígena*, MPEG, Belém, pp. 5-12.
- SUDAM. 1986. *I Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Nova República – 1986-1989. Projeto*. Belém.
- SWEET, D. G. 1974. *A Rich Realm of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750*. The University of Wisconsin, PhD. 837 p. (Tese-Doutorado).

- VELHO, O. G. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária; estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Zahar. 178 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- VERGOLINO E SILVA, A. 1968. Alguns elementos novos para o estudo do negro na Amazônia. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém, n. 8.
- WAGLEY, C. 1967. O estudo das comunidades amazônicas. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Belém. 1966. Atas... Rio de Janeiro, CNPq. v. 2. pp. 41-55.

- FERREIRA, A. R. 1974. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura. 161p., il. (Memória Antropologia).
- \_\_\_\_\_. 1983. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho.
- FIGUEIREDO, N. 1977. *Amazônia; tempo e gente*. Belém, Prefeitura Municipal de Belém. 152p. (Prêmio Carlos Nascimento).
- FOUCAULT, M. 1976. História e descontinuidade. In: *Teoria da História*. São Paulo, Cultrix. p. 56-60.
- FRAGOSO, H. 1981. Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará (1617-1755). In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DA CEHILA, 9. Manaus. 40p.
- GALVÃO, E. 1967. Estudos de Antropologia na Amazônia. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Belém. 1966. *Atas...* Rio de Janeiro, CNPq. v.2 p. 13-28.
- \_\_\_\_\_. 1976. *Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Nacional. 153p.
- \_\_\_\_\_. 1979. Índios e brancos na Amazônia brasileira. In: *Encontro de Sociedades; índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção Estudos brasileiros, 29).
- GUAJARÁ, D.A.R. 1968. Catechese de índios no Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, Belém, 2: 117-83.
- GUILHON, N. de A. 1979. *Os Confederados em Santarém*. Belém, Conselho Estadual de Cultura. 244p. (Coleção Histórica do Pará, Série Arthur Vianna).
- HEMMING, J. 1978. *Red Gold – The conquest of the Brazilian Indians*. Londres, Macmillan, 677p.
- HILBERT, P.P. 1968. Archäologische untersuchungen am Mittleren Amazonas. *Marburger Studien zur Völkerkunde*. Berlin, (1).
- HORTON, D. 1948. The Mundurucú. *Bulletin of American Ethnology*, Washington, 3(143): 271-82.

Nota: Por omissão gráfica, parte da bibliografia do artigo de Oliveira, A. E. de. 1988. Amazônia: Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antropol. 4(1)*, deixou de constar no corpo do volume e é aqui acrescentada, inserindo-se entre as páginas 111 e 112 deste fascículo.